



RECORTES DE IMPRENSA

MARÇO 2014

APAV[®]



associação portuguesa de
Apoio à Vítima

COM O APOIO:





Percentagem de mulheres portuguesas vítimas de violência está abaixo dos 33% da média europeia

Estudo mostra que 24% das portuguesas foram vítimas de violência

Inquérito europeu
Natália Faria

30% das portuguesas disseram desconhecer a existência de leis de protecção às vítimas

Quase um quarto das mulheres portuguesas já foi vítima de violência física ou sexual infligida pelos respectivos parceiros. A percentagem de respostas positivas (24%) fica abaixo da média europeia (33%), segundo o inquérito à escala europeia apresentado ontem pela Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia (EU). Trata-se do maior estudo sobre violência de género alguma vez realizado e é baseado em 42 mil entrevistas a mulheres dos 28 Estados-membros.

Quando a pergunta muda para se alguma vez experienciou violência física perpetrada por um não-parceiro, 10% das portuguesas inquiridas neste inquérito respondem que sim, contra uma média europeia de 20%. A diferença reduz-se quando a questão é sobre a violência psicológica exercida pelos parceiros: 36% das portuguesas respondem que sim, contra uma média europeia de 43%.

Apesar disso, é maior a percentagem de portuguesas que classifica a violência contra mulheres como muito comum: 60% das portu-
sas responderam “sim”, ao mesmo tempo que, na média europeia, a percentagem desce para os 27%. Logo a seguir, 33% das portuguesas classificaram o problema como “bastante comum”, contra 51% da média europeia.

Questionadas sobre se conhecem alguém, no seu círculo familiar ou de amigos, que já foi vítima de algum tipo de violência, 37% das portuguesas responderem que sim (na média europeia, a percentagem de respostas positivas subiu para os 39%). Quando questionadas sobre se consideram que os médicos deviam perguntar às doentes se os ferimentos que apresentam foram provocados por comportamentos violentos, 97% das portuguesas responderam que sim, contra 87% da média europeia.

Segundo o estudo, 30% das portuguesas ignoram a existência de leis que protegem as mulheres vítimas de violência doméstica, ao mesmo tempo que 34% não sabem que há leis e políticas nacionais de prevenção. Por outro lado, as campanhas contra a violência doméstica são conhecidas por 70% das portuguesas, ou seja, mais do que a média europeia (50%).

Em termos globais, a violência de género na União Europeia assume contornos “chocantes”, segundo os responsáveis pelo estudo, citados pela agência Lusa, nomeadamente porque uma em cada três mulheres da UE foi vítima de pelo menos um episódio de abuso sexual, físico ou psi-

cológico. E, nos 12 meses anteriores à realização do estudo, 3,7 milhões de mulheres sofreram violência sexual e 13 milhões foram alvo de violência física. O estudo sublinha por isso a necessidade de formar os profissionais de saúde “para saberem ler os sinais”, já que a “grande maioria” das mulheres recorre aos serviços de saúde quando quer denunciar um caso de maus tratos.

Em Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) divulgou recentemente dados sobre as queixas recebidas em 2013 concluindo que a crise está a fazer baixar o número de pedidos de apoio e, por outro lado, a dificultar a resposta às vítimas. “As pessoas aparecem não só com o problema da vitimação mas com uma série de problemas relacionados, como a necessidade de casa, emprego, alimentação e saúde. E, com a crise, os técnicos têm muita mais dificuldade em responder a essas necessidades”, adiantou ao PÚBLICO José Duque, da APAV.

Em 2013, esta associação apoiou menos 212 vítimas directas de crime (8733, contra as 8945 de 2012). É uma descida que contrasta com as consecutivas subidas verificadas nos últimos anos. Por outro lado, apesar do menor número de pedidos de ajuda, foram necessários mais 14.475 episódios de atendimento para garantir o respectivo encaminhamento: 37.222 atendimentos em 2013, contra os 22.747 do ano anterior.



Há 62 milhões de mulheres na UE com queixas de violência física

Abusos. Uma em três europeias agredida. Em Portugal queixam-se menos, 1,1 milhões, mas dizem que é muito frequente com outros

CÉU NEVES

Um terço das mulheres da União Europeia (UE) foram vítimas de violência física e/ou sexual desde os 15 anos, proporção que aumenta incluindo as agressões verbais. É a conclusão de estudo realizado nos 28 países que demonstra que este é um problema transversal e que não tem que ver com condições económicas. As dinamarquesas são as mais queixosas, enquanto as portuguesas estão abaixo da média: uma vítima em quatro mulheres.

“O que o estudo prova é que a violência tem caráter endémico no continente europeu. É transversal a toda a Europa e, agora, os políticos têm uma responsabilidade acrescida porque já tem dados. Não podem ficar indiferentes. São 63 milhões de mulheres na UE que dizem ter sido vítimas de violência. Começa por comentar Margarida Medina Martins, presidente da Associação de Mulheres contra a Violência. E, quanto à melhor posição ocupada por Portugal, acredita que as nórdicas têm uma maior perceção do que é uma agressão, seja física, sexual e/ou psicológica e denunciam mais as situações.

O último inquérito sobre o tema em Portugal indica uma proporção de uma para três mulheres com queixas de violência doméstica.

Continuando a comparar as dinamarquesas com as portuguesas, as primeiras revelam mais situa-

ções de violência foram do contexto familiar, enquanto que apor- tuguêsas têm mais queixas dos companheiros ou ex-companheiros. E, quando questionadas sobre a frequência com que as mulheres são agredidas, grande parte das portuguesas (60%) respondem “muito frequente”. É o país onde há mais respostas neste sentido, quase o dobro do segundo, a Croácia (39%). Esta resposta é dada por apenas 11% das dinamarquesas.

Este é o primeiro inquérito realizado nos 28 países sobre a violência contra as mulheres e que ontem foi divulgado pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA). Questionaram 42 mil mulheres (1500 por país) sobre as vivências de violência, física, sexual e psicológica.

“A enorme dimensão do problema é a prova de que a violência não afeta apenas algumas mulheres, afeta diariamente a sociedade”, sublinhou Morten Kjaerum, diretor da FRA, acrescentando: “Há que elevar para um novo patamar as medidas para combater a violência contra as mulheres”.

Margarida Medina faz a mesma exigência: “É um estudo muito importante, mas o investimento não deve ser apenas na investigação. São precisos serviços de apoio à vítima e formação de todos os profissionais. A UE tem a responsabilidade de adotar a Convenção de Istambul [contra a violência] e que Portugal ratificou o ano passado.



Campanha choque da APAV em Lisboa sensibilizou para a violência em novembro

JOÃO GRÃO/GLOBAL IMAGES

CONCLUSÕES

PARCEIRO

► **22%** mulheres na UE foram vítimas de violência física e/ou sexual por parte do parceiro. E 43% sofreram agressões psicológicas do atual ou anterior parceiro. Entre as mulheres que sofreram violência enquanto grávidas, 20% têm queixas na atual gravidez.

SEXUAL

► **12 %** foram vítimas de violência sexual na infância às mãos de um adulto, em metade dos casos por homens desconhecidos.

PERSEGUIÇÃO

► **18%** das mulheres foram vítimas de perseguição depois dos 15 anos de idade e 5% nos 12 meses anteriores ao inquérito.

ASSÉDIO

► **55%** foram vítimas de alguma forma de assédio sexual. Em 32% dos casos exercida pelo patrão, um colega ou um cliente.

ASSÉDIO

► **67%** não apresentaram queixa.

Elas têm de trabalhar mais 65 dias por ano do que eles

DISPARIDADES Portugal assinala hoje Dia pela Igualdade Salarial e lembra que eles ganham mais 18% do que elas em remuneração média

Os homens portugueses podiam ter ficado em casa os primeiros 64 dias do ano se quisessem ganhar tão pouco como as mulheres, ou seja 808,37 euros mensais. Começavam hoje a trabalhar, 6 de março que é o Dia da Igualdade Salarial. O que significa que as mulheres precisavam de mais dias no calendário para receber o mesmo que eles: 985,23 euros, mais 18% da remuneração média delas. As disparidades aumentam nos quadros superiores e quando se junta prémios, carros e outras regalias.

A Comissão para a Igualdade no Trabalho e na Empresa (CITE) vai lembrar hoje aquelas estatísticas aos administradores das empresas, dando-lhes como presente uma caneca preta que apresenta o gráfi-

co da desigualdade em contacto com a água quente. Disponibiliza, ainda, um inquérito para os gestores autoavaliarem o seu risco de desigualdade salarial (<http://grupoch.pt/survey/>). É a primeira parte de uma ferramenta informática para análise das disparidades salariais, disponível em junho.

A média europeia nas disparidades salariais é de 16,2%, uma diferença menor que a portuguesa e que fez que o 28 de fevereiro seja o Dia Europeu da Igualdade. A Eurostat apresenta um valor para Portugal inferior que o da CITE, elas ganharam menos 15,7% em 2012, mas que aumentou quase três pontos percentuais em relação a 2011 (12,5%). Além disso, Sandra Ribeiro, presidente da CITE (*ver alegações na última página*) sublinha que o levantamento que fazem corresponde mais à realidade porque contempla todas as empresas, enquanto a UE só contabiliza as que têm dez ou mais trabalhadores.



ID: 52724219

06-03-2014

Estudo mostra que 24% das portuguesas foram vítimas de violência

Quase um quarto das mulheres portuguesas já foi vítima de violência física ou sexual infligida pelos respectivos parceiros. A percentagem de respostas positivas (24%) fica abaixo da média europeia (33%), segundo o inquérito à escala europeia apresentado terça-feira pela Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia (EU). Trata-se do maior estudo sobre violência de género alguma vez realizado e é baseado em 42 mil entrevistas a mulheres de 28 Estados-membros.

Quando a pergunta muda para se alguma vez experienciou violência física perpetrada por um não parceiro, 10% das portuguesas inquiridas neste inquérito respondem que sim, contra uma média europeia de 20%. A diferença reduz-se quando a questão é sobre a violência psicológica exercida pelos parceiros: 36% das portuguesas respondem que sim, contra uma média europeia de 43%.

Apesar disso, é maior a percentagem de portuguesas que classifica a violência contra mulheres como muito comum: 60% das portuguesas responderam “sim”, ao mesmo tempo que na média europeia a percentagem desce para os 27%. Logo a seguir, 33% das portuguesas classificaram o problema como “bastante comum”, contra 51% da média europeia. Questionadas sobre se conhecem alguém, no seu círculo familiar ou de amigos, que já foi vítima de algum tipo de violência, 37% das portuguesas responderem que sim (na média europeia, a percentagem de respostas positivas subiu para os 39%). Quando questionadas sobre se consideram que os médicos deviam perguntar às doentes se os ferimentos que apresentam foram provocados por comportamentos violentos, 97% das portuguesas responderam que sim,



Portuguesas concordam que médicos devem questionar doentes sobre violência doméstica

contra 87% da média europeia.

Segundo o estudo, 30% das portuguesas ignoram a existência de leis que protegem as mulheres vítimas de violência doméstica, ao mesmo tempo que 34% não sabem que há leis e políticas nacionais de prevenção. Por outro lado, as campanhas contra a violência doméstica são conhecidas por 70% das portuguesas, ou seja, mais do que a média europeia (50%). Em termos globais, a violência de género na União Europeia assume contornos “chocantes”, segundo os responsáveis pelo estudo, citados pela agência Lusa, nomeadamente porque uma em cada três mulheres da UE foi vítima de pelo menos um episódio de abuso sexual, físico ou psicológico. E, nos 12 meses anteriores à realização do estudo, 3,7

milhões de mulheres sofreram violência sexual e 13 milhões foram alvo de violência física. O estudo sublinha por isso a necessidade de formar os profissionais de saúde “para saberem ler os sinais”, já que a “grande maioria” das mulheres recorre aos serviços de saúde quando querem denunciar um caso de maus-tratos. Em Portugal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) divulgou recentemente dados sobre as queixas recebidas em 2013 concluindo que a crise está a fazer baixar o número de pedidos de apoio e, por outro lado, a dificultar a resposta às vítimas. “As pessoas aparecem não só com o problema da vitimação mas com uma série de problemas relacionados, como a necessidade de casa, emprego, alimentação e saúde.

Uma em cada quatro mulheres portuguesas foi vítima de violência

Inquérito aos 28 países da UE revela que há 62 milhões de cidadãs agredidas

Ana Gaspar
agaspar@jn.pt

UM TERÇO das mulheres dos 28 estados-membros da União Europeia (UE) foi vítima de pelo menos um episódio de violência, o que corresponde a 62 milhões de cidadãs. Os números são resultado de um inquérito realizado pela Agência dos Direitos Fundamentais da UE (FRA), que abrangeu 42 mil mulheres entre os 18 e os 74 anos.

Em Portugal, a média é um pouco menor – uma em cada quatro mulheres – e contrasta com países do Norte da Europa – Dinamarca, Finlândia e Suécia – que registam percentagens mais elevadas. No entanto, Portugal é o país em que a perceção de que existe violência contra as mulheres é mais comum (60%).

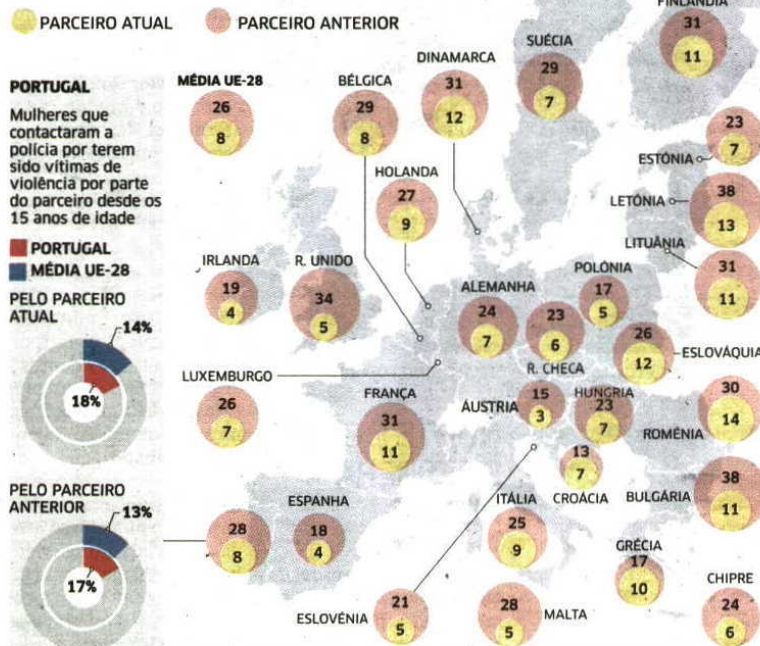
Segundo Daniel Cotrim, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a posição de Portugal (entre os dez países com menos casos), “deverá ser entendida de forma positiva”, resultado das campanhas de prevenção levadas a cabo pelo Governo e instituições.

Porém, “o ambiente de austeridade tem produzido efeitos”, sublinha o assessor da direção da APAV, levando as mulheres a não denunciarem as situações “por medo das consequências económicas” que daí podem advir.

O inquérito, o maior algu-

UNIÃO EUROPEIA // VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Mulheres que sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro atual e/ou anterior, desde os 15 anos de idade, por Estado-Membro da UE (%)



FONTE: AGENCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, UE. INFOGRAFIA JN

ma vez realizado sobre a violência contra as mulheres, de acordo com a agência, revela que 33% das mulheres foram vítimas de violência física e/ou sexual depois dos 15 anos, o que corresponde a 62 milhões de mulheres. E que para 22% o agressor foi o parceiro.

Questionado sobre os números elevados dos países do Norte da Europa (na Dinamarca 52% das mulheres responderam ter sido alvo de violência física ou sexual) em relação a Portugal, Daniel Cotrim justifica a disparidade com “níveis superiores de tomada de cons-

ciência”. Por exemplo, explica, “na Suécia os castigos corporais a crianças são proibidos desde 1979. Há uma cultura de denúncia”.

Para Teresa Morais, secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, este estudo revela que o país “tem muita consciência da gravidade” do crime de violência contra as mulheres. De facto, 18% das portuguesas disseram ter contactado as autoridades policiais após o ato mais violento do parceiro, ao passo que a média europeia é de 14%.

De acordo com a governante, citada pela Lusa, os resultados verificados no país resultam “de vários anos de campanhas de sensibilização, de muitas ações de formação, e de se ter trazido este tema para debate público com muita intensidade”.

Para os responsáveis da FRA, estes números “não podem nem devem ser ignorados”. Por isso recomendam à UE, entre outras medidas, que encarem a “violência pelo parceiro íntimo como uma questão pública e não privada”. ●

EM DETALHE

97%

das vítimas são mulheres
Segundo a Agência para os Direitos Fundamentais, 97% das vítimas de violência sexual, física ou psicológica são mulheres.

67%

não apresentaram queixa
Segundo o relatório, 67% das vítimas não apresentaram queixa à Polícia, nem a qualquer organização, do incidente mais grave por parte do parceiro.

Assédio nas redes sociais
As novas tecnologias estão a ser utilizadas para assédio sexual. Onze por cento das mulheres foram vítimas de provocações sexualmente explícitas nas redes sociais, por email e SMS.

“O ambiente de austeridade impede mulheres de denunciarem situações de violência”.

Daniel Cotrim
APAV

“Portugal aparece numa posição que mostra que o trabalho tem resultados visíveis”.

Teresa Morais
Secretária de Estado



GOLPE DE VISTA



Uma em cada três mulheres da União Europeia foi vítima de violência física ou sexual, conclui um estudo realizado pela Agência dos Direitos Fundamentais da UE (FRA, da sigla em inglês), o que daria, extrapolando os dados, 62 milhões de mulheres. E uma em cada cinco (22%) disse ter sofrido essa violência por parte do parceiro ou ex-parceiro.

O maior estudo sobre violência de gênero alguma vez realizado na UE envolveu 42 mil inquiridas nos 28 Estados-membros da União, 1.500 por cada país.

As mulheres foram questionadas sobre as suas experiências de abusos físicos, sexuais e psicológicos, em casa, no trabalho, na esfera pública e também no espaço virtual (perseguição e assédio através da Internet).

Cinco por cento das entrevistadas disseram ter sido violadas; 43% relataram algum tipo de violência psicológica por parte do seu parceiro atual ou anterior (humilhações em público, proibição de sair de casa, ameaças físicas). E mais da metade, 55%, disseram ter sido vítimas de algum tipo de assédio sexual. Um terço das vítimas disseram que o autor era um chefe, companheiro ou cliente.

Maioria das vítimas calou-se. O estudo abordeu também a questão da comunicação, ou ausência dela, à polícia ou a outros serviços. E o resultado foi que 67% das mulheres não comunicaram a ninguém o caso mais grave de violência por parte do parceiro.

“É uma chamada de alerta: a violência afeta praticamente todas as mulheres”, disse à agência Lusa a investigadora Joanna Goodey, em Viena de Áustria, sede da FRA.

Para a investigadora, “se estes dados dissessem respeito a um país fora da UE, haveria imensas declarações de indignação, mas isto é dentro da UE.”

Fora de moda

Considerando que o combate à violência de gênero “não está entre as prioridades” comu-

UMA EM CADA TRÊS MULHERES FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NA UE

Foto de Paulete Matos



“É uma chamada de alerta: a violência afeta praticamente todas as mulheres”.

nitárias, a perita lamenta que o tema esteja a ficar “fora de moda”, com a UE a preferir fazer campanhas focadas “em áreas particulares da violência”, que, sendo “muito importantes”, afetam menos mulheres.

Uma das novidades da pesquisa é a inclusão de “novas ou recentes” formas de violência de gênero, que recorrem à tecnologia, concluindo que onze por cento das inquiridas foram alvo de “avanços inapropriados” nas redes sociais e através de mensagens escritas de telemóvel (sms) ou de correio eletrónico (e-mails).

Violência doméstica em Portugal: o femicídio continua.

Segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA) da UMAR, em 2013, até ao dia 20 de novembro (data da divulgação do Relatório do OMA), foram assassinadas 33 mulheres pelos seus companheiros ou ex-companheiros. A

UMAR considera que Portugal não tem estratégia de prevenção contra a violência doméstica.

Nos doze meses de 2012, houve 40 homicídios, 53 tentativas de homicídio, num total de 93 crimes.

Elisabete Brasil da UMAR realça que, apesar de os dados de 2013 mostrarem uma descida dos homicídios em relação a 2012, isso não significa que se esteja perante uma tendência de diminuição dos homicídios de mulheres pelos seus companheiros e ex-companheiros.

Elisabete Brasil assinala que a maior parte dos casos de femicídios ocorrem num contexto de violência doméstica prévia, como forma de aumentar essa mesma violência e aponta que “Portugal não tem uma estratégia de prevenção definida e aplicada”, sublinhando que falta “uma lógica de prevenção e uma estratégia política e ativa de prevenção primária”.

“Aquilo que pensamos é que, mantendo-se as estruturas existentes de apoio, o reforço

dessas estruturas, a variedade dos serviços de apoio existentes, é necessário reforçar, implementar estratégias de prevenção de forma sistemática na sociedade portuguesa”, defende Elisabete Brasil, acrescentando que essa necessidade surge da perceção de que se mantêm os padrões elevados de violência, não só letal, contra as mulheres, seja em espaços públicos, seja em contexto privado.

No relatório do OMA, a UMAR defende ainda a necessidade de reforçar as medidas de polícia, aplicar instrumentos de avaliação de risco ou promover e decretar medidas de coação adequadas e em tempo útil. Sugerem ainda que seja potenciada a monitorização das medidas de coação aplicadas e que se promova a vigilância eletrónica destas, bem como que sejam aumentadas as medidas de fiscalização preventivas contra a posse ilícita de armas ou desenvolvidas estratégias que penalizem os agressores e não a revitimização das vítimas.

(Secção da responsabilidade do Núcleo de Viseu de “OLHO VIVO - Associação para a Defesa do Património Ambiente e Direitos Humanos”)

Nota: Críticas e sugestões para a Associação OLHO VIVO, telefone: 912522690 - olhovivo.viseu@gmail.com olhovivoviseu.blogspot.com

**FRASE**

Com a crise muitas mulheres que são vítimas de violência doméstica optam por permanecer na violência e não dão o passo em frente para se livrarem dela

João Lázaro

Pres. da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima



Rapaz de 17 anos violou colega de escola com dois amigos menores

Funchal. Uma rapariga de 13 anos foi violada perto da escola por três colegas. O mais velho, o único maior de 16, foi detido pela Judiciária

RUTE COELHO

Um jovem de 17 anos é suspeito de, em coautoria com outros dois colegas de escola, menores de 16 anos, ter violado uma colega de 13 que frequenta o mesmo estabelecimento de ensino, a escola básica e secundária de Santa Cruz, no Funchal (Madeira).

No trio de alegados violadores só havia um maior de 16 anos e por isso já responsável criminalmente. Foi o único a ser detido pela Polícia Judiciária (PJ). Os outros dois, menores de 16 anos, vão ser responsabilizados ao abrigo da lei tutelar de menores, o que pode implicar cumprir pena num centro educativo,

por exemplo, a confirmarem-se os crimes de que são suspeitos.

Os três terão de responder por uma violação consumada e uma outra tentativa de uma colega de 13 anos.

Os factos remontam ao dia 17 de fevereiro. Nesse dia, a seguir à hora de almoço, o único rapaz do trio que tinha alguma confiança com a rapariga — um dos dois menores de 16 anos — atraiu-a para um local próximo da escola, um parque de estacionamento abandonado. Os outros dois amigos do rapaz, o de 17 anos e o outro, também foram.

Já no parque de estacionamento, a menor foi agarrada por um deles, enquanto os outros tentavam consumir, à vez, a violação.



A menor foi atraída para o local por um dos três rapazes

O coito forçado terá sido consumado uma vez e frustrado numa outra. Em causa estão por isso dois crimes de violação, sendo um deles na forma tentada.

Segundo apurou o DN com fonte policial, foi a mãe da rapariga que denunciou o crime às autoridades.

O mais velho, o rapaz de 17 anos, foi detido pela PJ do Funchal pela presumível prática, em coautoria, de dois crimes de violação, um consumado e outro tentado, como informou ontem a Judiciária, em comunicado. O detido foi presente a primeiro interrogatório judicial tendo-lhe sido aplicada a me-

da de coação de apresentação semanal às autoridades policiais, proibição de contacto com a vítima e de frequentar a zona onde os factos ocorreram.

Segundo apurou o DN, a criança vítima de violação já foi submetida a perícias médico-legais sendo que, para além desse exame obrigatório, há outros indícios que sustentam os factos.

A Polícia Judiciária não tem conhecimento de os três rapazes terem comportamentos de delinquência anteriores, até porque a terem sido registados foram — no pela PSP. A vítima de violação, uma criança de 13 anos, poderá necessitar de apoio psicológico.

Pena de três a dez anos

O crime de violação é previsto e punido no Código Penal nos seguintes termos: "Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a: sofrer ou praticar, consigo ou com outrem, cópula, coito anal ou coito oral; ou a sofrer introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, é punido com pena de prisão de três a dez anos".

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou 83 crimes de violação de crianças ou adultos em 2013, segundo o relatório anual divulgado.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Legislação | Direitos | Apoios

Combater o silêncio

O silêncio ainda é o maior inimigo das vítimas de violência doméstica. Denunciar a situação é fundamental para enfrentar o problema

Uma mãe leva o filho a uma consulta. O médico analisa o caso da criança: agressividade, pesadelos, raiva, confusão. A dada altura, interpela a progenitora: "Posso fazer-lhe uma pergunta? Há quanto tempo o seu marido lhe bate?". Trata-se de um anúncio televisivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), lançado em 2012 para sensibilização contra a violência doméstica. Mas é também o espelho da realidade de muitos portugueses.

Dados da CIG, de 2007, indicavam uma diminuição global na prevalência da violência em relação a 1995, o que a entidade atribui a "melhorias significativas" no acesso das vítimas às autoridades policiais, aos serviços de saúde e à rede nacional de apoio, entre outras. No entanto, "uma parte significativa da violência continua oculta, na esfera da vida privada", devido a fatores como a desigualdade entre os géneros, os valores ou as mentalidades, refere a CIG a DINHEIRO & DIREITOS.

Daniel Cotrim, responsável pela área da violência doméstica e da igualdade da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), indica que um dos primeiros passos a dar pelas vítimas é a denúncia. "Calar é consentir", defende o técnico, explicando que "o silêncio é uma das principais armas do agressor".

Dever de denunciar

Já lá vai o tempo em que se dizia à boca pequena "em briga de marido e mulher, não se mete a colher". Hoje, a violência doméstica é um crime público, pelo que qualquer pessoa pode denunciá-la às autoridades. A partir do momento em que o processo é desencadeado, a vítima não pode desistir. Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna de 2012, foram feitas mais de 26 mil participações de violência doméstica à PSP e à GNR.

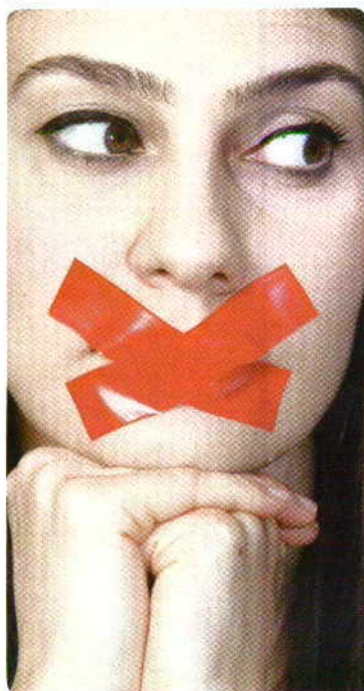
Em 2007, foi introduzido no Código Penal o crime de violência doméstica, punido com pena de prisão entre um e cinco anos. A pena pode ir até 10 anos se da agressão

PERFIL DA VÍTIMA

- 81% são mulheres
- 43% têm filhos
- 36% são casadas
- 29% têm entre 25 e 54 anos

Fonte: APAV (Relatório Anual 2012)

PASSO A PASSO DIZER NÃO À VIOLÊNCIA



1. Pedir ajuda

Ligue para 800 202148 ou simplesmente 144. Dirija-se aos serviços de atendimento de autoridades policiais ou de instituições de apoio à vítima.



2. Denúncia

Apresente queixa na polícia (qualquer pessoa pode fazê-lo). A vítima pode também dirigir-se ao tribunal e contactar o Ministério Público para dar início ao processo.



3. Estatuto de vítima

Este estatuto é atribuído, após a denúncia, pela polícia ou pelo tribunal, e é essencial para obter proteção policial e aceder a apoios. É emitido um comprovativo.



4. Sair de casa

Há casas de abrigo que acolhem temporária e gratuitamente mulheres, sóas ou com filhos menores, que não tenham para onde ir. Os serviços são gratuitos.



5. Teleassistência

O serviço de teleassistência permite à vítima pedir ajuda a qualquer momento e sinalizar a aproximação do agressor, se este tiver pulseira eletrónica.



6. Apoio financeiro

Pode pedir um adiantamento ao Estado da indemnização que venha a ser devida pelo agressor. Faça o pedido à Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Legislação | Direitos | Apoios

▶ resultar a morte da vítima. Algumas penas acessórias passam pela proibição de contactar com a vítima e de uso e porte de armas, bem como a obrigação de frequentar programas de prevenção da violência doméstica. O tribunal também poderá determinar o controlo à distância, através de dispositivos como a pulseira eletrónica. O agressor pode ainda ficar inibido do exercício das

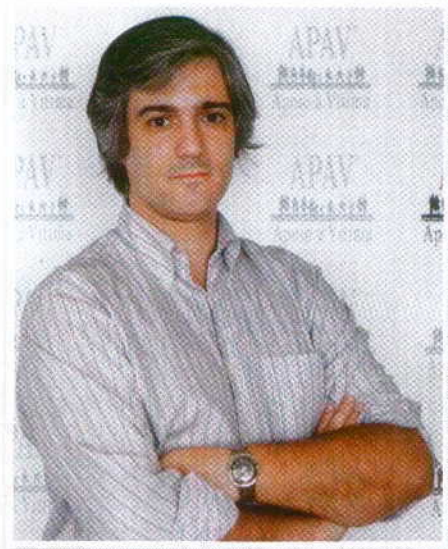
responsabilidades parentais, por um período de um a 10 anos.

Os casos considerados crimes de violência doméstica têm sofrido alterações ao longo do tempo, abrangendo hoje um número cada vez maior de situações: agressões de cônjuges ou ex-cônjuges, unidos de facto, namorados ou ex-namorados, progenitores de filhos comuns, bem como outros familiares.

O conceito de violência doméstica vai muito além das agressões físicas, abarcando também os maus-tratos psicológicos (insultos, humilhações em família e em público, chantagem, entre outros) e sexuais. De acordo com a APAV, estas últimas foram das que mais aumentaram em 2012: 94% relativamente ao ano anterior. Pode também falar-se em violência financeira nos casos em que a vítima

“É preciso apostar na prevenção”

Daniel Cotrim lamenta a falta de programas integrados de prevenção da violência doméstica e critica a falta de investimento do Estado nesta matéria



Daniel Cotrim, assessor técnico da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

O que mudou na violência doméstica nos últimos anos?

A violência doméstica hoje em dia é um fenómeno muito mais visível. Percebe-se também que é transversal. Muitos dos estereótipos que estavam, de alguma forma, colados à violência doméstica têm caído. Uma das outras alterações tem que ver com a cada vez maior especialização dos profissionais. As forças policiais estão mais bem preparadas e mais sensibilizadas para lidar com este fenómeno, bem como a justiça. O envolvimento da sociedade civil no combate e na prevenção também é diferente e aumentou.

Há alguns anos, se uma mulher se

queixasse do marido, provavelmente era mandada para casa...

Sim, ou era feita uma tentativa de reconciliação. Conseguia-se sempre, de alguma forma, desculpabilizar o agressor. Hoje em dia, as forças policiais têm uma sensibilidade diferente. Não quer dizer que não tenhamos conhecimento de que algumas destas situações vão acontecendo, mas felizmente são residuais. Do ponto de vista da justiça, aí sim, continua a haver muitos processos arquivados, muitas penas suspensas, muito poucas condenações efetivas dos agressores ou dos autores dos crimes de violência doméstica. Outra questão importante é o facto de alguns fenómenos associados à violência doméstica, como o *stalking* [perseguição persistente], não serem penalizados em Portugal. Isso origina um número elevado de homicídios conjugais. A maioria das mulheres é assassinada no chamado processo de separação.

A violência doméstica é hoje mais violenta?

Há maior letalidade. Se, antes, as situações de violência demoravam 15 a 20 anos até serem denunciadas, hoje, são-no mais rapidamente. As situações que as pessoas descrevem hoje são muito mais violentas. Passou-se do insulto para a ofensa à integridade física e para a ameaça de morte mais depressa.

O que falta fazer?

É preciso trabalharmos cada vez mais na prevenção. O Estado não tem investido absolutamente nada, quem investe são as organizações. Não há programas integrados de prevenção. É preciso trabalhar com as pessoas cada vez mais jovens, a partir do momento

em que entram para o jardim-de-infância. Trabalhar valores como a cidadania, o respeito, os relacionamentos saudáveis, as questões da igualdade, desde muito cedo, e envolver neste processo as próprias famílias.

Seria uma questão de criar disciplinas onde se falasse sobre estes temas?

Exatamente. A primeira coisa que este Governo fez foi acabar com a disciplina de Cidadania, na qual as organizações tinham espaço para falar e abordar estas questões.

O que podemos dizer a uma vítima de violência doméstica?

Antes de mais, quebrar o ciclo do silêncio. Que revele a alguém o que se está a passar consigo, até para poder construir com essa pessoa um plano de segurança, mais que não seja: “quando me ouvires gritar, chama a polícia”. Depois, é apresentar queixa, falar com uma organização. Agora, é importante dizer às pessoas que é um processo complicado. A justiça em Portugal é morosa, pesada. Mas não há impossíveis. Quem quer sair de uma situação de violência doméstica faz esse processo pedindo ajuda, sendo informado e orientado, e as organizações estão bem preparadas para isso. Como é óbvio, também há situações de mulheres que não o querem fazer. Mulheres que recorrem a organizações porque precisam de ajuda e que dois dias depois retornam aos companheiros que as agredem há mais de 20 anos. Não nos podemos esquecer de que estamos a falar da relação entre duas pessoas que, tal como as outras todas, também um dia prometeram amar-se, fazer projetos e ter coisas em comum, e que vão dando sempre uma oportunidade.

depende economicamente do agressor, que aproveita a circunstância para controlá-la.

Agir é o melhor remédio

Apesar de qualquer pessoa poder denunciar uma situação de violência doméstica, Daniel Cotrim apela a que sejam as vítimas a agir. "É importante que sejam elas a apresentar a denúncia e depois as organizações [como a APAV] ajudam-nas a proteger-se", aconselha.

O Estado disponibiliza apoios a quem for alvo de violência doméstica, mas só se tiver o estatuto de vítima, que é atribuído pelas autoridades policiais ou pelo tribunal depois da denúncia ou queixa. Este estatuto é comprovado com um documento entregue pelas autoridades. Ao ser concedido o estatuto, a vítima é informada sobre os passos, os serviços e as organizações a que pode dirigir-se para obter apoio e a possibilidade de receber proteção policial ou de outro tipo. Deve também ser alertada caso o agressor seja libertado, se

tiver sido preso preventivamente. Pessoas vulneráveis podem ser dispensadas de prestar declarações em audiências públicas.

Os apoios às vítimas são vários e vão do aconselhamento jurídico à isenção de despesas com eventuais processos judiciais, caso consigam comprovar insuficiência financeira. Também está contemplado acompanhamento psicológico e psiquiátrico.

Podem ainda beneficiar de rendimento social de inserção e de abono de família para os filhos menores a seu cargo, caso preencham os respetivos requisitos, de apoios à habitação (arrendamento, habitação social ou outra situação) e de preferência no acesso a programas de formação profissional. No local de trabalho, as faltas motivadas pela violência são consideradas justificadas, podendo as vítimas pedir transferência temporária ou definitiva para outro estabelecimento da empresa, se existir. É possível suspender o contrato até se concretizar a mudança.

Para ter isenção de pagamento de taxas moderadoras na saúde, não precisam de apresentar o comprovativo do estatuto de vítima. Basta declararem ser vítimas de maus-tratos.

Apesar de reconhecer as virtudes da legislação portuguesa, Daniel Cotrim critica a dificuldade em colocar certos direitos em prática: "Hoje em dia é face ao regime de austeridade económica que vivemos, os recursos são cada vez mais escassos e as respostas demoram mais tempo", constata o responsável. De qualquer forma, a vítima tem direito a pedir proteção policial sempre que tal se justifique.

Para sair de casa

Embora, de preferência, deva ser o agressor a abandonar o lar, no caso de ser a vítima a

fazê-lo, esta deve pedir ajuda às autoridades para retirar os seus bens pessoais e os dos filhos menores que a acompanhem. Se não tiverem para onde ir, podem ser encaminhados para uma das casas de abrigo existentes em todo o País. Nestas residências, a vítima e a família têm direito a alojamento e a alimentação, bem como a assistência prestada por técnicos. Todos os serviços são gratuitos. Regra geral, as casas de abrigo têm vagas para acolhimento prolongado e vagas de emergência. Estas últimas destinam-se a casos em que a segurança da vítima está em jogo e pressupõem a permanência máxima de três dias.

A lei determina que o acolhimento não deve ter duração superior a seis meses, embora possa ser prolongado por um período igual. A experiência de Daniel Cotrim, que coordena as casas de abrigo da APAV, é que "o tempo de acolhimento tem aumentado": 18 meses, em média, quando há três anos não chegava aos 12 meses.

Se o juiz e o Ministério Público considerarem que a vítima precisa de proteção, e se esta autorizar, podem solicitar à CIG a atribuição do serviço de teleassistência. É entregue um dispositivo móvel ligado à Cruz Vermelha Portuguesa, para que a vítima possa pedir apoio. A sua localização é sempre conhecida, bem como uma eventual aproximação do agressor, se este usar pulseira eletrónica.

No caso de dificuldades financeiras, é possível pedir ao Estado, mediante requerimento à Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes, o adiantamento de um montante por conta da indemnização que venha a ser devida pelo agressor. No geral, tal deve ser feito até um ano após a agressão e a comissão tem um mês para decidir. Se for indemnizada, a vítima terá de devolver o adiantamento. ■



Campanhas como estas, da CIG e da APAV, têm dado mais visibilidade ao problema da violência doméstica



D&D ACONSELHA

■ A vítima de violência doméstica não deve conformar-se com os maus-tratos de que é alvo. O primeiro passo é quebrar o silêncio.

■ Existem duas linhas telefónicas de apoio gratuitas: a Linha Nacional de Emergência Social (144) e o Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (800 202 148). Esta tem especialistas que prestam apoio psicológico, bem como informação sobre os direitos das vítimas e onde devem dirigir-se.

■ Para apresentar queixa, desloque-se às esquadras da Polícia de Segurança Pública ou

aos postos da Guarda Nacional Republicana. Pode também fazê-lo através do sistema de queixa eletrónica do Ministério da Administração Interna (<https://queixaselectronicas.mai.gov.pt>).

■ Há outras instituições que prestam auxílio. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima pode ser contactada através do 707 200 077 ou num dos 15 gabinetes existentes no País (veja os contactos em www.apav.pt). Outra opção é a Associação de Mulheres Contra a Violência (www.amcv.org.pt; 213 802 160).



LOJA DE PORCELANA

Um dia como os outros

A vida está longe de ser tranquila e doce para grande parte das mulheres, mesmo nos países alegadamente civilizados



Carla Hilário Quevedo

Hoje celebramos o Dia Internacional da Mulher com flores, entradas grátis em sítios predominantemente masculinos como estádios de futebol e números aterradores sobre violência de género. Os festejos oscilam entre o paternalismo enojativo e a memória da realidade violenta a que uma elevadíssima percentagem das protagonistas deste dia está sujeita em todo o mundo.

Peço desculpa às mulheres que fizeram do dia um símbolo da luta pelos direitos das mulheres e que foram respeitavelmente homenageadas por Sara Falcão Casaca num artigo muito informativo no Público sobre a origem do 8 de Março. Houve mulheres que morreram a lutar por um tratamento digno no trabalho, a exigir igualdade salarial e licenças de maternidade. Foram mulheres que arriscaram a vida para combater a injustiça da discriminação de género e por isso sinto que me devo desculpar por nunca ter gostado deste dia marcado por diagnósticos inescapáveis sobre a situação real de uma parte da humanidade.

A vida está longe de ser tranquila e doce para grande parte das mulheres, mesmo nos países alegadamente civilizados. O maior estudo sobre violência de género realizado na Europa, pela Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, apresentou resultados preocupantes para Portugal. Cerca de 60% das mulheres consideraram que a violência contra mulheres é "muito comum". Quando questionadas sobre se os médicos devem fazer per-

guntas sobre violência doméstica, a percentagem esmagadora de 97% respondeu que sim, sugerindo que as vítimas pouco ou nada falam sobre o assunto e não denunciam os casos. A propósito do estudo, a APAV chamou a atenção para a redução de denúncias durante o período de crise. A ideia terrível de não haver alternativas para a vida das pessoas está impregnada na camada da população mais dependente, como em geral as mulheres, as crianças e os idosos. A igreja devia ter um papel interventivo para ajudar a quebrar este ciclo. O Papa Francisco seria a pessoa indicada para condenar publicamente a violência doméstica. Vale a pena escrever ao Sumo Pontífice sobre o assunto.

Mas o problema da violência de géne-

ro, difícil de combater também porque persiste a ideia de as mulheres terem de suportar o que nenhum homem suportaria, não é exclusivo do nosso país. Nos 12 meses anteriores à realização do estudo mencionado, 3,7 milhões de mulheres sofreram violência sexual e 13 milhões foram alvo de violência física na UE. São números chocantes que exigem uma acção vigorosa por parte das autoridades e uma atenção particular por parte da comunidade.

Entretanto, do outro lado do Atlântico, o Supremo Tribunal do Massachusetts decretou que era legal fotografar por baixo das saias das mulheres. A boçalidade chama-se "upskirting" e consiste em tirar fotografias às cuecas de passageiras de saias que viajam em transportes públicos. Segundo o tribunal, que mostrou ter a inteligência de uma melancia, não há problema nenhum com a prática porque as mulheres "não estão nuas". O que dizer perante isto? Talvez que o Dia Internacional da Mulher é um dia triste, com demasiadas más notícias. Ou um dia como os outros ainda para imensas mulheres.

Escreve ao sábado

O Supremo Tribunal do Massachusetts decretou que era legal fotografar por baixo das saias das mulheres



App PictureShow
com filtro Cross
sobre "No restau-
rante", 1927, de
Lotte Laserstein

CARLA HILÁRIO QUEVEDO

Mulheres recebem menos que os homens

Portugal é dos países europeus com maior diferença salarial entre géneros • Manifestações por todo o mundo marcaram o dia

SOCIEDADE

POR
LETÍCIA NETO

A diferença entre a base salarial do homem e da mulher em Portugal subiu para os 18 por cento. Este dado põe o País na lista dos membros da OCDE com maior agravamento na diferença salarial da última década. A média europeia está fixada nos 16,4%. A par disso, aumentaram também as denúncias de violência doméstica em território português. Em 2013, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou 17.384 casos, mais 414 do que no ano passado. Segundo um estudo sobre violência de género da Agência para os Direitos Fundamentais, uma em cada quatro mulheres portuguesas foi ou será vítima de, pelo menos, um episódio de abuso sexual, físico ou psicológico.

O dia Internacional da Mulher celebrou-se ontem e um pouco por todo o mundo houve manifestações. No Brasil, dezenas de mulheres protestaram em São Paulo contra o machismo, a homofobia e a exploração da mulher.



CGTP exigiu igualdade de condições laborais para homens e mulheres

Em França, uma muçulmana tirou a burca e ficou nua em protesto contra os abusos sofridos pelas mulheres islâmicas. Em Moscovo, o movimento *Mulheres contra a guerra* saiu às ruas para pedir o fim do impasse entre Rússia e Ucrânia. Em Portugal, a data foi assinalada pelo Movimento Democrático de Mulheres e Comissão para a Igualdade entre Mulhe-

res e Homens da União de Sindicatos de Lisboa, que realizou uma estafeta pela igualdade.

O Dia Internacional da Mulher está associado às trabalhadoras de uma fábrica têxtil de Nova Iorque que no dia 8 de março de 1857 protestaram por uma jornada de trabalho mais reduzida, igualdade salarial e o direito a licença de maternidade.



● **Censos Sénior** regista mais 5766 casos do que no ano passado na área de atuação da GNR ● **Guarda** diz que são alvo fácil para burlas e situações de violência

HÁ 34 MIL IDOSOS VULNERÁVEIS, SÓS E ISOLADOS

Leonor Paiva Watson
leonorpaiva@jn.pt

Há cada vez mais idosos em situação vulnerável. A operação Censos Sénior 2014 da GNR sinalizou mais 5766 do que no ano passado, totalizando agora 33.963 idosos na sua área de atuação.

Os números foram divulgados ontem pela GNR, que divide o universo de 33.963 idosos identificados, em quatro situações de vulnerabilidade: 21.286 vivem sozinhos; 4281 vivem isolados; 3026 vivem sozinhos e isolados; e 5370 idosos vivem acompanhados por outro idoso, mas em situação de grande fragilidade, com limitações físicas, psicológicas ou materiais.

A exceção deste último indicador (com menos 660 casos), todos os outros cresceram relativamente a 2013. Os idosos que vivem sozinhos, por exemplo, são mais 4008 do que no ano passado; os que vivem isolados são mais 1296; e os que vivem sozinhos e isolados são mais 849.

“É uma situação preocupante”, alerta o major Paulo Poiares, coordenador desta operação, acrescentando que “a situação prende-se muito com o envelhecimento da população e com a desertificação”. “Estas pessoas ficam

sós porque ficam viúvas, porque os filhos saíram de casa, porque os filhos foram à procura de uma vida melhor nas cidades; porque eles próprios, depois de viverem com os filhos, quiseram regressar à sua casa: porque se recusaram a sair das suas casas também. Há de tudo”, pormenoriza o major.

Os distritos mais afetados

Os Censos Sénior incidiram sobre as zonas onde a jurisdição é da GNR. O que exclui a maior parte das zonas urba-

nas, nomeadamente de Lisboa e Porto. Assim, o distrito mais afetado é o de Viseu com um total de 3745 idosos em situação de grande vulnerabilidade: 2588 vivem sozinhos; 235 vivem isolados; 122 vivem sozinhos e isolados; e 800 têm outro tipo de fragilidades (físicas, materiais, psicológicas).

A seguir a Viseu, os cinco distritos com mais casos registados pela GNR são: Beja com 3085, Portalegre com 2869, Bragança com 2791, Guarda com 2745 e Évora

com 2650. Distritos com uma realidade problemática, onde os mais idosos “acabam por ser alvos fáceis para burlas e roubos”, avisa o coordenador deste projeto.

Para evitar esta realidade, informa o major Paulo Poiares, existem uma série de ações de sensibilização levadas a cabo pela Guarda Nacional Republicana; e o Programa Residência Segura que insere os idosos nos giros da GNR. “Aqueles que integram o programa sabem que os agentes, durante os seus gi-

//IDOSOS A VIVER SÓS OU ISOLADOS

33.963

IDOSOS IDENTIFICADOS ENTRE 15 DE JANEIRO E 15 DE FEVEREIRO DE 2014

5766

AUMENTO DE IDOSOS SINALIZADOS PELA GNR FACE AO CENSO DO ANO PASSADO



FONTE: GNR, CENSOS SÉNIOR DE 2014. INFOGRAFIA JN

SABER MAIS

Ações de sensibilização

Durante a operação Censos Sénior 2014, foram promovidas ações de sensibilização para esta população, no sentido de alertar para procedimentos de segurança que podem reduzir o risco de serem vítimas de burlas ou atos de violência. Nestas ações explicou-se ainda como funciona o policiamento de proximidade.

Residência Segura

Ao programa Residência Segura aderiram 13 917 idosos, permitindo à GNR fazer a sua georreferenciação, o que constitui uma mais-valia para localização em caso de ocorrência e/ou emergência.

Sinalizar para instituições

No decorrer do ano de 2013, a GNR sinalizou para outras instituições 441 idosos. Eram pessoas que, pela sua fragilidade, física ou psicológica, precisavam de algum tipo de apoio. A GNR acabou por contactar IPSS, misericórdias, instituições que pudessem ajudar aquelas pessoas, a maior parte delas a viver sozinhas.



Vulnerabilidade de quem vive sozinho é cada vez maior, revela a GNR, que percorreu parte do país para realizar o Censos Sénior

EDUARDO PINTO

5370

COM FRAGILIDADE FÍSICA OU PSICOLÓGICA
Dos 33 963 idosos em situação de vulnerabilidade, 5370 não estão sós, isolados, ou as duas coisas, mas têm debilidade física ou psicológica.

3026

SOZINHOS E ISOLADOS
Das 33 963 em situações de vulnerabilidade, 3026 idosos vivem sozinhos e isolados, ou seja, acumulam dois enormes fatores de risco.

FLASH

“Estima-se que 314 mil podem ser vítimas de violência”

Maria de Oliveira
Técnica da APAV

Os censos dizem que há cada vez mais idosos sozinhos e isolados. A situação económica do país pode potenciar isto?

Portugal é um país envelhecido e há desertificação. As pessoas idosas têm cada vez mais dificuldade de acesso aos grandes centros. Até aqui tinham uma série de apoios, havia uma rede que lhes permitia ir ao centro, ter contacto com as outras pessoas, agora, com os cortes, muito disto acabou para muitas pessoas. Falo, por exemplo, do apoio que era dado pelas ambulâncias. Depois, há a emigração que também potencia esta realidade. A rede de vizinhança começa a escassear. Sim, a situação do país pode potenciar esta realidade.

A população idosa está muito vulnerável....

Um estudo do Instituto Ricardo Jorge, com parceria da APAV, publicado em fevereiro, estimava que 314 mil idosos pudessem ser vítimas de violência psicológica, física ou financeira. Esta última pode ser provocada por filhos, amigos, vizinhos ou até por uma instituição. Uma instituição, por exemplo, não pode gerir a reforma do idoso. Ele é que sabe como gerir o que é seu. Imagine o que é um adulto ter que ir pedir à diretora dessa instituição, por exemplo, dinheiro para comprar o seu tabaco ou para o que quer que seja. Não é possível.

“As pessoas têm cada vez mais dificuldade de aceder aos centros”.

VISEU //Antónia Afonso e Manuel Pina vivem isolados há mais de 20 anos. Gostavam de estar mais perto da igreja, do mercado e de pessoas. E ver mais televisão. **Por** Sandra Ferreira

“Se vivesse no povo era mais fácil”

Um cão, duas gatas e nove galinhas são a companhia de Antónia Afonso, de 69 anos, e Manuel Pina, de 80, que há mais de 20 vivem numa quinta, encravada a mais de um quilómetro da povoação de Barbeita, em Viseu. “Se fosse hoje, não tinha comprado casa aqui, estou arrependida”, atira Antónia, com o olhar perdido no imenso pinhal que rodeia a casa – o único vizinho.

Nem é da vizinhança que sente falta. “Eu não gosto de andar por aí a falar da vida dos outros, mas se vivesse no

povo era mais fácil ir à missa e aos funerais”, reconhece. Religiosamente, todos os domingos, quer faça chuva quer faça sol, Antónia e o marido, já apoiado num cajado, sobem um quilómetro a pé por um caminho acentuado de terra batida para assistirem à missa na igreja de Barbeita. Precisam de meia hora, a grande passada. O mesmo tempo que levam para apanhar um autocarro para Viseu, onde fazem as compras.

“Antes, nem caminho tínhamos, fomos desviando as pedras, explica Manuel Pina, que até aqui estivera calado,



Antónia e Manuel congratulam-se com a visita dos militares da GNR

a podar as videiras. É no campo que o casal vê os dias passar. Todos iguais. “Levantamo-nos por volta das 8 horas,

ÚNICA COMPANHIA DO CASAL SÃO UM CÃO, DUAS GATAS E NOVA GALINHAS

trato da casa e vamos para o campo. Depois faço o almoço, voltamos para o campo, jantamos entre as sete e meia e as oito e vamos para a cama, o mais tardar às nove e meia”, relata Antónia que até gostava de ver mais televisão se o marido não exigisse silêncio para dormir. É a televisão que lhe mostra outro mundo. Mais violento. “Aqui nunca

tivemos problemas, tirando uns carros estranhos que já andaram ali em cima”, aponta. Ali, só recebe a visita das filhas e da GNR. “Quer levar uma alface?”, oferece ao guarda Filipe Duarte e à cabo Fátima Morgado que recusam a oferta. “Manter sempre as portas fechadas e não dar confiança a gente estranha”, sublinha o guarda. ●

BRAGA //Viver sozinha numa cidade não assusta mulher que tratou de tantos filhos, entre o trabalho duro das obras e as longas jornadas na agricultura. **Por** Pedro Vila-Chã

Solidão não assusta quem criou 13 filhos

Há cerca de 20 anos que Ana Maria Pinto vive sozinha no Bairro das Andorinhas, em S. Vicente, Braga. Primeiro foi a doença que lhe levou o marido e depois a lei natural da vida que fez com que os 13 filhos procurassem caminho autónomo. E a conta até seria maior, não fora a morte de um bebé de quatro meses e quatro abortos.

“Nasci e vivi no Bairro do Sol, em Gualtar. Andei nas obras de construção dos apartamentos do quartel, no Areal. Tinha de tirar água do poço, para fazer a massa de

cimento”, recorda a septuagenária.

A família numerosa nunca constituiu entrave à autonomia profissional de Ana Maria. “Cheguei a levar três filhos, dentro de um cesto, para o campo, enquanto apanhava o milho. Passei os meus pecados para criar treze filhos”, conta a mulher que diz conviver bem com a solidão, até porque há sempre vizinhas prontas a ajudar e os dias são passados a repousar, porque de agitação e trabalho já contou muitos anos.

“Trabalhava de noite e de dia. Passei muita fome, para



Ana Maria diz conviver bem com a solidão, apesar dos 13 filhos

que os meus filhos tivessem que comer”, recorda a mulher que chegava a subir pinheiros para apanhar lenha que vendia a “cinco coroas o cesto”.

Oito emigraram

Ana Maria Pinto tem oito dos filhos emigrados em França. “Criei tantos e agora estou sozinha. Mas o que me im-

porta é que estão bem de saúde e vêm visitar-me. Estou sempre a teimar para que vá viver para junto deles,

“OS MEUS FILHOS QUEREM QUE VÁ VIVER COM ELES, MAS DOU-ME MAIS POR AQUI”

mas eu dou-me por aqui. É o meu cantinho”, diz, enquanto interrompe a conversa com as amigas de convívio, aproveitando a tarde de verão antecipado.

“Mais logo vou à sopinha que tenho no frigorífico. Às vezes ainda faço a mais e dá para um dos filhos que mora cá e passa por casa”, sublinha Ana Maria. ●



O psicólogo Bruno Brito é coordenador da rede e percorre o País para apoiar famílias e fazer ligação entre os casos

INTERVENÇÃO

VÍTIMAS OCULTAS

► **Não sofrem o crime**, mas sofrem os seus efeitos. "Se a vítima morreu às mãos do homicida, estas "outras vítimas" continuam vivas e sofrem o impacto da vitimação, provocado pelo ato que foi praticado contra o seu ente ou amigo querido.

PROJETO EUROPEU

► **APAV iniciou** em 2011 uma parceria com a Victim Support Scotland, a Weisser Ring da Áustria, a PJ, o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, a GNR e a PSP no âmbito do Projeto Caronte, que culminou com a criação da Rede.

EQUIPA

► **Rede** é nacional, constituída por 31 técnicos de apoio à vítima especialistas que receberam formação para esse efeito, além das funções na APAV. Este ano foi reforçada com 11 voluntários.

Como apoiar aqueles a quem mataram um familiar ou amigo?

Ajuda. Rede de Apoio da APAV tem um ano e já acampanhou 104 pessoas que viveram situações traumáticas por serem próximas de vítimas de homicídio. Técnicos tentam que "arrumem a cabeça" e aprendam a lidar com o medo e raiva

CÉU NEVES

Uma morte é sempre "muito mais traumática quando se trata de um homicídio", dizem os psicólogos. O luto só começa verdadeiramente após a sentença nos casos que vão a tribunal. O homem que matou o pai de Ricardo Martins acaba de ser condenado a 24 anos (o máximo são 25), mas ele não consegue descansar. Há perguntas sem resposta. Vale-lhe o apoio da Rede de Apoio aos Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio, criada pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) há um ano.

"Ajudou-me a arrumar a cabeça. Numa situação destas existe muita raiva, muita revolta e, para nós vítimas, a justiça nunca é suficiente", tenta explicar Ricardo. Nunca deixou de trabalhar um dia. "Se deixasse podia fazer uma asneira", embora tenha cometido erros que "não admitia a um estagiário". É mecânico de automóveis, tal como o pai, e mudou recentemente de emprego porque não conseguiu manter as comissões que faturava antes do homicídio. "Há contas do pai para pagar" e os haveres que tinha estão congelados porque não apareceu o corpo. O óbito só pode

rá registar-se 30 dias após a leitura da sentença. Emocionalmente é terrível: "Não tenho um corpo para fazer o funeral do meu pai".

"O homicídio de alguém a quem se estava ligado por laços de afeto é seguramente uma das mortes mais traumáticas. (...) A morte por homicídio é sempre uma morte violenta. Pode despertar reações negativas extremas, como o medo, a raiva, o choque, o horror. A vida, que poderá não voltar a ser a mesma, terá de adaptar-se à realidade, prosseguindo em novas perspetivas. Por isso, é preferível que cada pessoa tenha, desde logo, um apoio de profissionais", defende o coordenador da Rede, Bruno Brito.

Ricardo Martins tem 27 anos e é uma das 104 pessoas apoiadas pela Rede desde janeiro de 2013. "Fiz-me um bocado difícil de início. Valeram as chamadas telefónicas e, chegou a uma altura, em que tinha esgotado todas as soluções. Estava a ir por aí abaixo", conta. Foi na Polícia Judiciária (PJ) que viu um panfleto da APAV. Os agentes insistiram para procurar esse apoio e que tem três vertentes: jurídico, social e psicológico. E Rosa Castro, a psicóloga que ficou com o seu caso, mostrou não desistir facilmente. Até porque o

Ricardo não lhes fechou a porta.

"O Ricardo não sabe mas na PJ disseram-nos várias vezes para não desistir dele. É uma pessoa especial", assegura Bruno Brito, que coordena e faz a ponte entre os casos. O jovem ouve e fica surpreendido com o adjetivo, quer saber porque: "São muitas as pessoas que durante muito tempo não conseguem continuar com a vida que tinham", justifica o técnico. Ele fez das fraquezas forças e ajudou na descoberta do homicida. José Mendes, 44 anos, conhecido da vítima e cuja companheira se terá relacionado com José Augusto Silva, o pai de Ricardo. Foi morto a 12 de

maio de 2013, tinha 52 anos. Ricardo não falava com o pai desde 2009, o que lhe traz mais mágoa.

Foi um colega de trabalho do pai que lhe comunicou o desaparecimento. Participou o caso à GNR e investigou todas as pistas: movimentos das contas bancárias, pessoas com quem se relacionava, o que fazia fora do trabalho, acidentes de automóvel, fotos no Facebook, isto com a ajuda de um tio que veio do Gana. Como não obteve resposta da GNR apresentou queixa na PJ e a partir daqui foi rápida a resolução do crime. José Mendes convidou a vítima para almoçar em sua casa, em Santa Cruz.

Matou-o com uma tesoura da poda, cortou o cadáver em pedaços, primeiro com um serrote e depois com uma motosserra, que queimou. Não confessou o crime e dele os juízes disseram ser frio e não revelar arrependimento.

"É normal sentir uma sensação de impotência. O Ricardo fez tudo para se manter em pé, mas também para ajudar a investigação", diz o psicólogo. É o caso mais difícil que acompanham? Não. "Estando o Ricardo aqui seria bom dizer que sim. Em dez anos de experiência com estas situações verifico que a realidade supera a ficção", refere Bruno Brito.

PJ comunica a maioria dos casos

PROTOCOLOS A Rede de Apoio aos Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio (RAFAVH) foi criada no âmbito do projeto europeu Caronte e tem protocolos com o Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses e com a Polícia Judiciária. Esta polícia é quem indica mais pessoas para apoio, o que depende sempre da aceitação do próprio.

Inicialmente, muitas pessoas recusam ajuda, pensando que conseguem superar e, normalmente,

o contacto com um segundo ou mais familiares faz-se depois de um ano de apoio ao membro inicial. Por exemplo, a irmã de Ricardo, de 18 anos, teve uma reunião e não apareceu mais nas instalações da APAV, onde são os encontros.

Entre as 104 pessoas apoiadas, a maioria (55) é familiar de uma pessoa assassinada, num total de 30 destes crimes, em muitos casos apoiam mais do que um familiar ou amigo. E ajudam 48 pessoas de

49 crimes de homicídio tentado.

A Rede faz acompanhamento psicológico, mas também social e jurídico. Por exemplo, acompanhar os familiares das vítimas às sessões do tribunal ou ajudar a fazer o pedido de indemnização. "É uma resposta especializada, adaptando o modelo de intervenção da APAV, que combina o apoio prático, social, psicológico e jurídico às necessidades reais", explica Bruno Brito, o coordenador.

MAIS DE MEIO SÉCULO AO SERVIÇO DA REGIÃO

A VOZ DE TRÁS OS MONTES
O nosso jornal

UTILIZADOR

PALAVRA PASSE



REGISTAR UTILIZADOR

RECUPERAR ACESSO

INÍCIO

NOTÍCIAS

ARQUIVO

AGENDA

CLASSIFICADOS

CONTACTOS ÚTEIS

LINKS

LOJA ON-LINE

[Página Inicial](#) | [Notícias](#) | [APAV quer estar mais próxima dos idosos vítimas de crime](#)

NOTÍCIAS

Vila Real | 20-03-2014 | Edição Nº 3322

EDP Solidária

APAV quer estar mais próxima dos idosos vítimas de crime

O envelhecimento da população é uma realidade que atinge todo o país, mas se sente de forma mais marcada no interior. Prestar apoio aos idosos que são vítimas de negligência, crimes financeiros, ofensas à integridade física ou violência psicológica é o objetivo de um projeto que pretende levar a ajuda ao domicílio. APAV apresentou a ideia ao programa EDP Solidária.

O Gabinete de Vila Real da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) candidatou ao Programa EDP Solidária um projeto que visa à criação de uma equipa móvel de apoio a pessoas idosas vítimas de crime no distrito.

Considerado um projeto piloto, a ideia passa por garantir uma ajuda mais próxima de uma faixa da população que, devido a constrangimentos sociais e financeiros, é muito vulnerável a vários tipos de crimes, entre os... (*)





ID: 52854553

13-03-2014

Inspetores da PJ acusados de usar força para conseguir informação

Coimbra. Alegada vítima, da zona da Figueira da Foz, estava a ser investigada por suspeita de tráfico de droga. O caso remonta a 2011 e o alegado crime é de tortura. Judiciária não comenta

PAULA CARMO

Quatro elementos da Secção Regional de Investigação do Tráfico de Estupefacientes da Diretoria do Centro da Polícia Judiciária (PJ) foram acusados, em coautoria, de "crime de tortura" e ainda de "outros tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos graves" do qual foi vítima um homem que estava a ser investigado por tráfico de estupefacientes.

O alegado uso de um bastão para conseguir que o suposto traficante indicasse o local onde escondia os estupefacientes está na origem da acusação deduzida a quatro elementos da Polícia Judiciária. Internamente, o caso está a ser comentado amiúde, até porque o bastão, segundo apurou o DN, não faz parte do equipamento operacional dos inspetores, mas, ainda assim, ninguém fala oficialmente. Incluindo a direção da Diretoria do Centro da PJ. Dos quatro arguidos que à data estavam naquela secção da PJ, um é inspetor-chefe.

Segundo o teor da acusação, ontem divulgada pelo diário *As Beiras*, os quatro arguidos e ainda outros elementos da PJ, realizaram em novembro de 2011 inúmeras diligências, designadamente várias buscas domiciliárias na zona da Figueira da Foz. No cerne desta operação estava a investigação, tal como consta da acusação, a "uma rede de indivíduos" que se dedicavam ao tráfico de estupefacientes. É por isso que se fizeram vigilâncias, com recolha de imagens, levando a concluir, então, que aquele indivíduo (que agora

surge como vítima da violência policial) venderia a droga que, supostamente, escondia num anexo situado na proximidade do prédio onde habitava.

Assim, os inspetores que ficaram com esta diligência em concreto pediram ao suspeito que os acompanhasse e indicasse o esconderijo da droga, já depois de terem estado na sua casa. Porém, o homem ter-se-á recusado e é nesse momento que um dos arguidos terá usado o bastão. "Desferiu pelo menos oito pancadas nas costas do ofendido com o propósito de o obrigar a entregar o produto", lê-se na acusação. Mas alguns vizinhos

terão ocorrido ao local, pelo que os arguidos, levaram-no dali "combalido e a queixar-se de dores". Levado para Coimbra, o homem esteve nas instalações dos Hospitais da Universidade de Coimbra". Contabilizou "seis dias de doença, todos sem afetação da capacidade de trabalho geral e profissional". A advogada da alegada vítima das agressões não presta declarações.

Ao DN, a gestora do gabinete de Coimbra da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Natália Cardoso, revelou que não chegou qualquer pedido de ajuda no contexto deste tipo de crimes, nos

últimos anos. A pedido do DN, Natália Cardoso lembrou que é sempre importante apresentar a queixa ao Ministério Público ou a uma autoridade policial "o mais rápido possível" tanto neste crimes como noutros em que a recolha de prova das marcas de agressões (arranhões ou hematomas) seja determinante para iniciar o processo-crime. A responsável deste núcleo da APAV acentuou ainda em forma de conclusão: "A APAV pode ajudar a orientar a vítima, caso necessite de ajuda para formalizar queixa, até porque se deve evitar que a mesma seja revitimizada em questões delicadas."



MANUEL BARROS/GLOBAL IMAGES

Tribunal confirmou torturas a Leonor Cipriano

INTERROGATÓRIO O caso mais mediático de agressões por elementos da PJ a um suspeito foi o de Leonor Cipriano. Ocorreu quando era investigado o desaparecimento, a 12 de setembro de 2004, na aldeia da Figueira (Portimão), de Joana Cipriano, então com 8 anos.

O Tribunal de Faro considerou que houve agressões e "atos cruéis", mas não apurou quem os executou, pelo que não condenou qualquer dos arguidos a prisão efetiva. O ex-inspetor Gonçalo Amaral era um deles. As agressões terão ocorrido durante o interrogatório policial.



Correspondente de Antas – Nereides Martins (meira@net.sapo.pt)

Muitos programas nas comemorações do Dia da Mulher

Restaurantes e discotecas com lotação esgotada, reuniões e convívios, foi assim que as mulheres assinalaram o seu dia, Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, numa altura em que aumentam as denúncias de violência doméstica e os apelos para combater a desigualdade salarial entre homens e mulheres. A luta das mulheres, pelos seus direitos e melhores condições de vida, não são de hoje e muita coisa mudou, para melhor. A verdade é que, segundo dados da Associação de Apoio à Vítima (APAV), em 2013, foram registadas, em Portugal, 17.384 denúncias de violência doméstica, mais 414 face ao ano anterior. Também na União

Europeia uma em cada três mulheres foi vítima de, pelo menos, um episódio de abuso sexual, físico ou psicológico. No trabalho, as mulheres continuam a ganhar menos que os homens e, para combater esta situação, o Governo português determinou que as empresas adotem “medidas específicas” para contrariar a desigualdade salarial. As mulheres continuam a ganhar em média menos 18% de remuneração em relação aos homens. Segundo notícia vinculada no JN, do dia 6 de Março 2014, “para conseguirem ganhar num ano o mesmo que os homens, as mulheres portuguesas têm de trabalhar mais 65 dias”.

KIEHL'S, ALICIA KEYS & KEEP A CHILD ALIVE

LUTA CONTRA A SIDA

Os lucros da edição limitada do produto Midnight Recovery Concentrate reverterem na totalidade para a causa humanitária *Keep a Child Alive*, patrocinada pela artista norte-americana Alicia Keys. Ao comprar o produto, estamos a contribuir para que as famílias afetadas pelo vírus da sida possam ter um futuro. O trabalho de *Keep A Child Alive* passa por fazer chegar o tratamento antirretroviral às pessoas infetadas com HIV, ajudando assim a quebrar o ciclo vicioso de transmissão do vírus das mães para os filhos através da amamentação. Saiba mais em kiehls.com



KIEHL'S
Midnight Recovery
Concentrate
39€

O VÍRUS DA SIDA EM NÚMEROS:

- ➔ Mais de 35 milhões de pessoas estão infetadas com o VIH, 3,3 milhões das quais têm menos de 15 anos.
- ➔ Cerca de 6300 pessoas são infetadas com o vírus da sida todos os dias, quase 262 por cada hora.
- ➔ Mais de 75 milhões de pessoas já contraíram o VIH e 36 milhões já morreram desde o início da epidemia.

AVON, APAV & LPCC

COMPANHIA PARA AS MULHERES

Especialmente focada em duas causas humanitárias a nível mundial, a Avon procura criar laços de solidariedade com instituições locais que permitem consciencializar e educar as pessoas sobre a violência doméstica e o cancro da mama. Desde 2009 que a marca angariou mais de 67.000€ para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), valor obtido com a venda da pulseira *Empowerment* e do colar *Uma Só Voz* no âmbito da "Campanha Global Contra a Violência Doméstica". Também há mais de dez anos que a AVON apoia a Liga Portuguesa Contra o Cancro, com campanhas de consciencialização, como a "Cruzada Contra o Cancro da Mama". E, no sentido de ajudar na deteção e prevenção do cancro da mama, a Avon já doou mamógrafos digitais a hospitais públicos em Portugal continental e insular, avaliados em mais de 2 milhões de euros. Saiba mais em avon.com.pt



VICHY
Bruma hidratante
invisível FPS 30
23€

VICHY & CVP

"HIP HOP DO SOL"

A parceria entre a VICHY e a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) surgiu há quase uma década e pretende alertar a sociedade para os crescentes perigos da exposição solar. Aquele que é o principal objetivo desde o início, já levou a marca do circuito de farmácia a distribuir protetores solares pelas mais de 150 delegações da Cruz Vermelha Portuguesa no país, e envolvendo largas dezenas de voluntários. Além da oferta de produtos, o apoio da VICHY a esta instituição humanitária manifesta-se ainda em ações de consciencialização e incentivo à proteção solar. Saiba mais em cruzvermelha.pt



IRINA SHAYK
É O ROSTO DA
CAMPANHA
GLOBAL CONTRA
A VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA

AVON
Pulseira Empowerment
4,50€

Beleza ~ social



NÃO ACABE COM O TRÁFICO SEXUAL DE CRIANÇAS E JOVENS

O FUTURO DELES ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS.

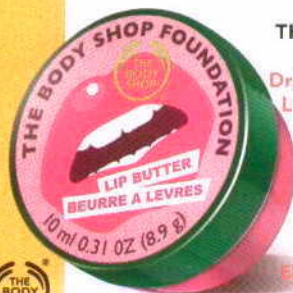
www.thebodyshop.com/stop
www.apav.pt

THE BODY SHOP & APAV & ACREDITAR & AJUDA DE BERÇO

FAZER A DIFERENÇA

Entre 2009 e 2012, a The Body Shop realizou a campanha "Acabe com o Tráfico de Crianças e Jovens" em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). O lucro da venda do creme para as mãos *Soft Hands Kind Heart*, reverteu para a luta da APAV contra a violência doméstica e o tráfico de seres humanos. Até ao final do mês de março, está a decorrer a campanha "Aromas do Mundo",

em que, por cada perfume vendido, 4 euros são entregues à Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro. E, se comprar o hidratante de lábios *Dragon Fruit Lip Butter*, pode escolher uma de três associações a que gostaria de doar 100% do lucro da venda: Associação Ambiental Ania, Associação dos Amigos dos Animais de Santa Maria da Feira ou Ajuda de Berço.



THE BODY SHOP
Dragon Fruit
Lip Butter
5€

THE BODY SHOP
Eau de Toilette
22€ (50 ml)

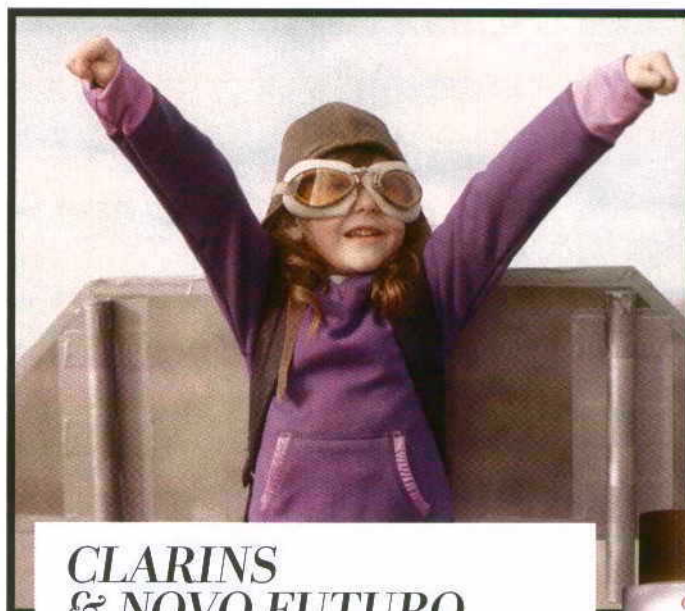


MARY KAY & OPERAÇÃO NARIZ VERMELHO

DISTRIBUIR SORRISOS

Os Doutores Palhaços vão continuar a dar alegria às crianças hospitalizadas com a contribuição dos 2500€ que a campanha solidária da Mary Kay conseguiu angariar para a Operação Nariz Vermelho. Em 2013, a campanha "Beleza que Conta" doou 1€ à Operação Nariz Vermelho por cada venda do batom "Uma Mulher Pode", e do estojo de maquilhagem "Uma Mulher Pode". Atualmente, 13 hospitais portugueses contam com as visitas semanais da Operação Nariz Vermelho que alegra os dias a mais de 40 mil crianças, que se encontram hospitalizadas, anualmente.

MARY KAY
Batom "Uma
Mulher Pode"
14,50€



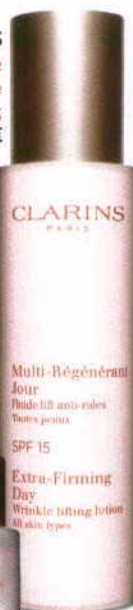
CLARINS & NOVO FUTURO

INSERÇÃO NA COMUNIDADE

A Clarins já angariou milhares de euros para a Associação Novo Futuro, que apoia crianças e jovens privados de um ambiente familiar seguro e saudável. Graças à campanha solidária "Neste Natal, dê Futuro de Presente", a Clarins ajudou a Novo Futuro a remodelar uma casa de acolhimento. Árvores de Natal Clarins adornaram as perfumarias do País e, por cada bola de Natal colocada na árvore, revertem 50 cêntimos para esta causa – um total de 29.500 bolas de Natal foram recolhidas. Mais de 140 crianças e jovens são protegidas pela Associação Novo Futuro, que lhes oferece novas oportunidades incentivando-os a seguirem os seus sonhos. ♥

CLARINS
Multi-Active
Fluide
SPF 15
73€

CLARINS
Multi-
Régénérante
Jour
73€





APAV de Vila Real quer criar equipa móvel de apoio a idosos vítimas de crime

Violência
Sofia Cristino

O objectivo é conseguir uma maior proximidade para que as vítimas tenham um interlocutor directo

O envelhecimento da população, verificado principalmente no interior do país, e o aumento do número de idosos vítimas de ofensas à integridade física ou violência psicológica levou o gabinete de Vila Real da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima a candidatar ao Programa EDP Solidária um projecto que pretende pôr na rua uma equipa móvel de apoio a pessoas idosas vítimas de crime no concelho. A ideia é também prestar apoio ao domicílio e dar a estas pessoas que necessitam de ajuda um interlocutor directo.

Segundo dados nacionais da APAV, de “2002 até ao ano de 2009 houve um crescimento de 20,4% no total de idosos vítimas de crime, abrangendo um universo superior a 4000 vítimas”. Em 2013, a APAV apoiou “8733 vítimas directas de um crime, das quais 6985 eram pessoas adultas até aos 64 anos, 973 eram crianças e jovens e 774 eram idosos, que representam 8,9% do total das vítimas”. Com a acentuada falta de estruturas mais desenvolvidas de apoio a esta faixa etária e com o aumento da violência contra os idosos na última década, prestar apoio aos mais velhos tornou-se uma prioridade da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima de Vila Real.

De acordo com dados da Guarda Nacional Republicana divulgados no

âmbito da operação *Censos Sénior*, existem actualmente no distrito de Vila Real “2272 idosos que vivem sozinhos e/ou isolados, sendo que outros 864 idosos, que não se enquadram nas situações anteriores, se encontram numa situação de vulnerabilidade, considerando as suas limitações físicas e/ou psicológicas”.

Para responder a este problema, Elisa Brito, responsável do gabinete de Vila Real da APAV, propôs um projecto cujo “objectivo é estar mais próximo das pessoas idosas vítimas de crime devido à maior dificuldade que têm em aceder aos [seus] serviços e ao facto de se sentirem cada vez mais isoladas. Este grupo etário acaba por ter uma fragilidade social muito grande.” Segundo esta responsável, “a APAV de Vila Real pretende trabalhar em parceria com as instituições locais, ao nível da Segurança Social, dos municípios, dos serviços de saúde, das áreas jurídicas, das forças policiais, muitas vezes essenciais para garantirem a segurança das vítimas, o apoio psicológico ou com qualquer outro tipo de apoio a idosos”.

Sempre houve situações de crimes contra idosos. No entanto, diz Elisa Brito, esta realidade, “ultimamente, começou a ter maior visibilidade em Portugal através do trabalho desenvolvido pela APAV, pela Segurança Social e por outras entidades de apoio, pela maior divulgação desta situação através dos meios de comunicação social e um pouco também pela condição da pessoa idosa na sociedade actual”. Devido a um maior conhecimento destes casos, as denúncias têm aumentado. Contudo, adianta Elisa Brito, “são muito poucos os idosos a pedirem a ajuda directamente. Normalmente são pessoas que conhecem o caso, familiares, vizinhos, amigos ou pessoas próximas que acabam por denunciar estas situações”. Mas são também aqueles que lhes são próximos que “são, regra geral, os principais agressores: o próprio cônjuge ou familiares directos com que a vítima coabita ou então mesmo os responsáveis pelo idoso que não são familiares”.

A ser aprovado, a equipa deste projecto-piloto terá uma imensa tarefa pela frente: “Parece-nos que os casos que nos chegam são poucos, são apenas a ponta do *iceberg*. Haverá muita mais necessidade de apoio junto desta faixa etária. O Estado também tem de olhar com mais atenção para este grupo e seria importante trabalhar para um sistema de apoio mais integrado para que os idosos tenham qualidade de vida acima de tudo.”



São poucos os idosos que pedem ajuda directamente

GNR aumenta em 26,7% o número de apreensões preventivas e 560 ARMAS DE FOGO EM

Carlos Varela
e Susana Otão
policia@jn.pt

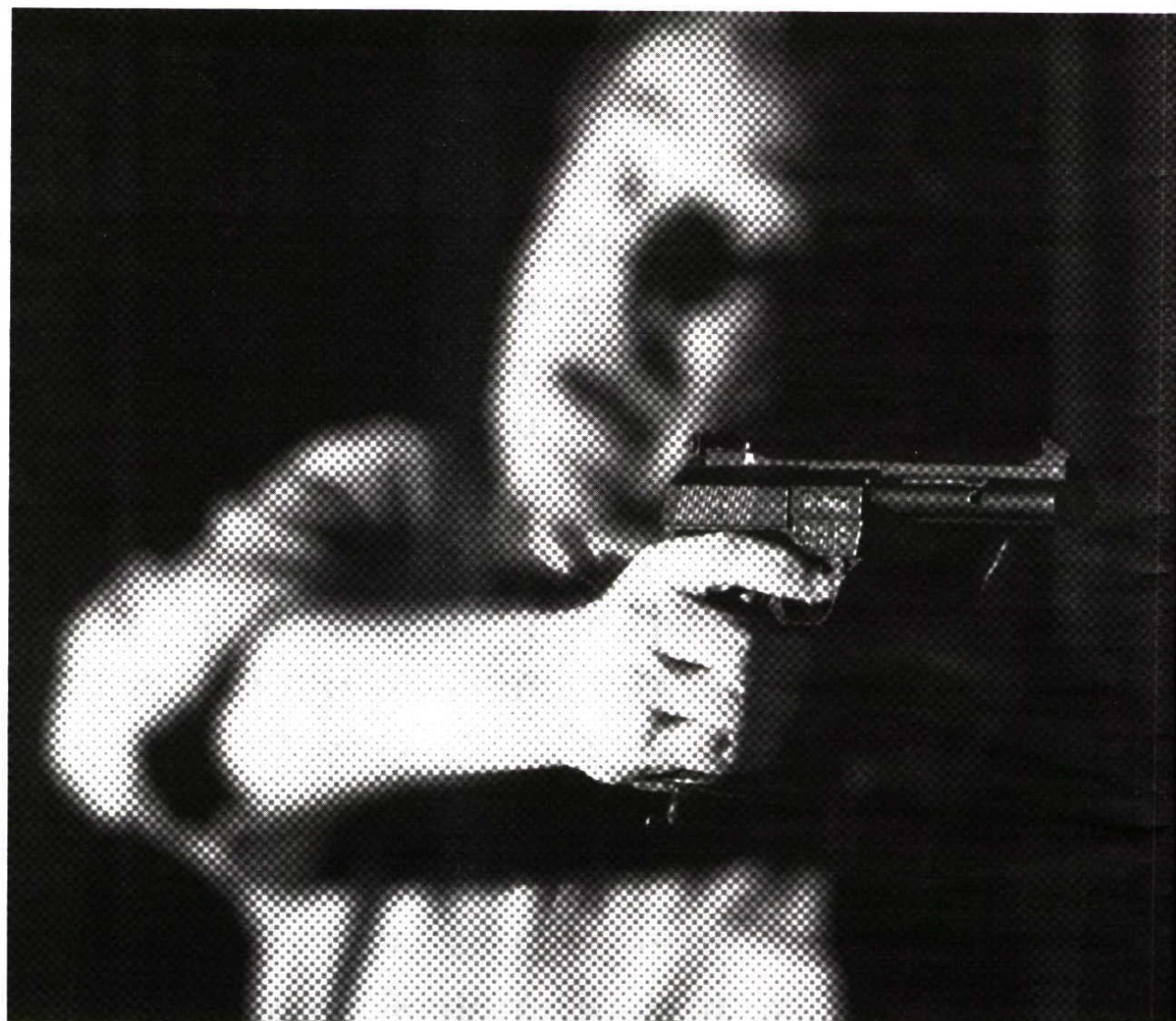
A GNR aumentou em 26,7% o número de armas de fogo apreendidas em casos de violência doméstica. Ao todo, foram 560 em 2013. Neste contexto, quase metade das mulheres assassina- das foram vítimas de tiros.

Num panorama de descida geral da criminalidade, a violência doméstica manteve-se em crescendo em 2013, em relação ao ano anterior, segundo os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), antontem divulgados. E se os homicídios num quadro geral desceram, já no âmbito da violência doméstica atingiram os 40 casos, 40% dos quais usando armas de fogo, segundo o Observatório de Mulheres Assassinadas, que registou ainda 32 tentativas de homicídio.

A resposta das autoridades a esta tendência tem acontecido, nomeadamente, através de apreensões preventivas que, segundo dados da Direção de Investigação Criminal da GNR, subiram de 442, em 2012, para 560, em 2013. Os números correspondem a quase um quarto do número total de armas confiscadas pela GNR (2363). GNR, PSP, PJ e SEF apreenderam 5501 armas, segundo o RASI.

O reforço das ações preventivas avançou no ano passado, mercê de indicações nesse sentido por parte do Comando Operacional da GNR, face à sucessão de casos em que a presença de armas foi detetada durante respostas desta polícia a casos de violência doméstica.

As apreensões são feitas em consonância com o Ministério Público (MP), que também vê nas armas de fogo uma das principais ameaças, particularmente nos distritos de Setúbal, Lisboa, Aveiro e Faro. A GNR é responsável por 94% da área do território nacional, abrangendo maioritariamente comunidades



rurais ou pequenos centros urbanos, onde são muito comuns as armas, em particular as de caça.

"Nem é preciso que haja crime consumado ou sequer ameaça, basta haver informação de que há armas, legais ou não, para agirmos de imediato", adianta um oficial da Direção de Investigação Criminal. Na quase totalidade dos casos, as ações da GNR incidem nas buscas domiciliárias, mesmo antes de existirem inquéritos a decorrer.

Para o Ministério Público (MP), a utilização de armas, nomeadamente de fogo, está

também na primeira linha da análise de risco em casos de violência doméstica, como garantiu ao JN fonte da Unidade de Combate à Violência Doméstica, da 7.ª Secção do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa.

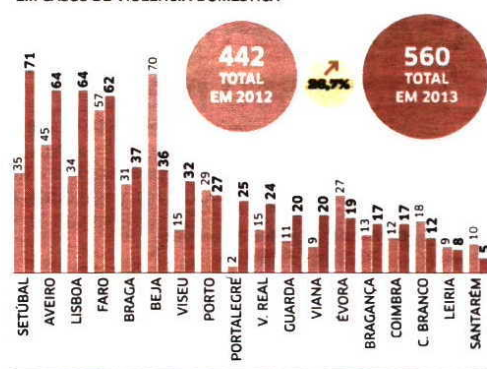
"Ele dorme com a pistola

debaixo da almofada"; "tem a caçadeira no móvel da sala"; "a arma está na gaveta do quarto". Estas são, segundo a fonte, algumas das denúncias que chegam às polícias. Em muitos casos, a arma é recorrentemente utilizada para ameaças.

"Quando existe uma denúncia, considerada credível, de que existem armas no contexto da violência doméstica, o Ministério Público pede imediatamente ao juiz um mandado de busca, no sentido de apreender essas armas", realça a responsável do MP. ●

**PRESEÇA
DE ARMAS É
CRUCIAL NA
ANÁLISE DE RISCO
NA VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA**

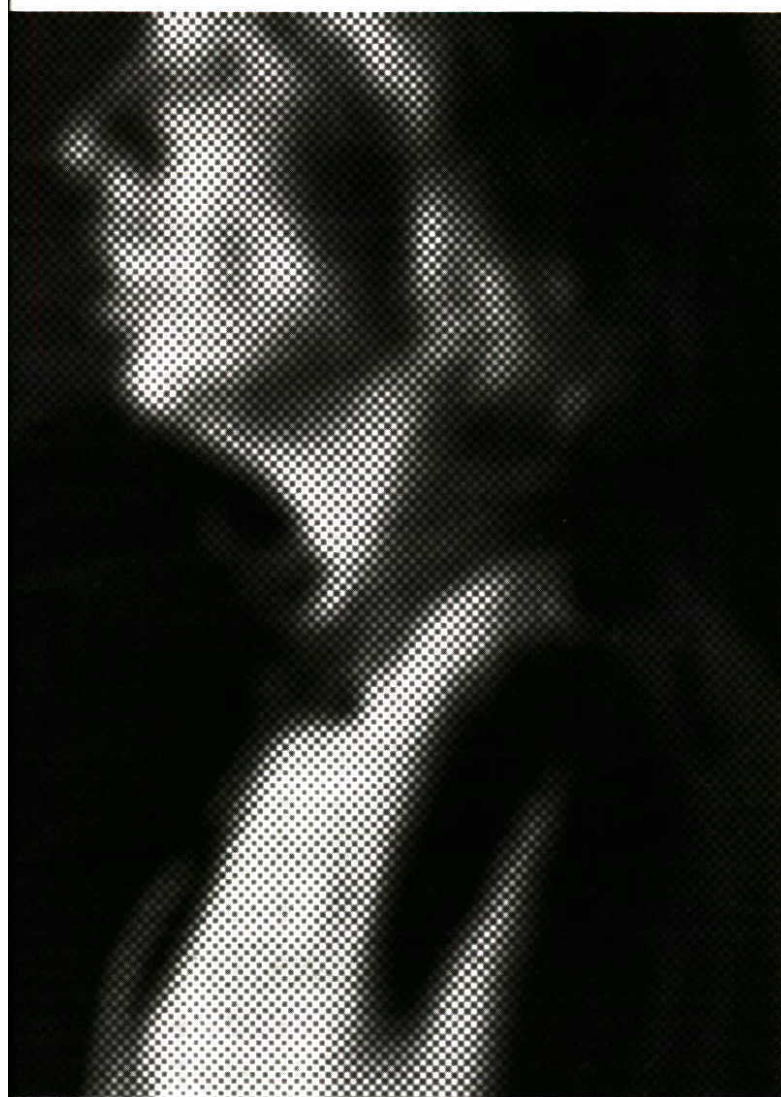
APREENSÕES // ARMAS DE FOGO EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



FONTE: GNR - INFOGRAFIA JN

m 2013. Desarmar agressores é prioridade também para o MP

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



“Agir de imediato quando há queixa”

NA GRANDE MAIORIA dos casos em que se registam denúncias de violência doméstica é mencionada a existência de armas de fogo, quase sempre propriedade dos agressores. Também na maior parte desses casos as armas estão em situação legal. Porque os seus proprietários têm licença de uso e porte de arma de defesa, ou porque estão devidamente credenciados pelas entidades competentes por serem caçadores.

Carlos Anjos, presidente da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes, realça que com este cenário é muito difícil controlar essas armas de fogo e fazer prevenção junto de vítimas de violência doméstica. “É difícil, pois qualquer um, desde que faça os devidos teste e exames exigidos, pode tirar a licença para uso de arma para caça e depois comprar a arma que lhe aprouver”, destacou.

“Um terço dos homicídios que ocorrem em Portugal são por violência doméstica e muitos deles são levados a cabo com arma de fogo”, afirma Carlos Anjos, lembrando que grande parte desses crimes ocorre com recurso a caçadeiras. “O que



Carlos Anjos critica facilidade na aquisição de armas

podemos fazer? Proibir a caça? Obrigar os caçadores a levantarem e entregarem as armas na esquadra após uma caçada?”, questiona Carlos Anjos, antigo inspetor da Polícia Judiciária.

“Não é exequível”, garante. Por isso, considera que “a única forma de controlar é, quando uma vítima apresenta queixa nesse sentido, o Ministério Público agir e apreender as armas imedia-

tamente até ao final do processo”. Mas “infelizmente não podemos prevenir a criminalidade na casa de cada cidadão”, lamenta.

Sobre o facto de as armas, utilizadas para amedrontar vítimas de violência doméstica se encontrarem, muitas vezes, em situação legal, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defende que a Lei das Armas deveria ser mais restritiva.

“Para além do que é exigido, deveria haver uma fiscalização posterior para quem adquire essas armas e saber se já estão referenciados por crimes de violência doméstica”, destacou Daniel Cotrim, assessor técnico da direcção da APAV. ●

QUALQUER UM DESDE QUE FAÇA TESTES PODE TIRAR LICENÇA E COMPRAR ARMA QUE QUISER

DIAP do Porto deu “um passo mais”

O DIAP DO PORTO é um dos departamentos do Ministério Público (MP) que, tal como em Lisboa, tem uma secção dedicada em exclusivo ao combate à violência doméstica. Segundo a Procuradoria-Geral da República explicou ao JN, a 1.ª Secção do DIAP do Porto tem em curso um “projeto denominado ‘Um Passo Mais’, que visa,

além do resto, a celeridade da investigação e a proteção das vítimas”. A tendência no MP é para a especialização de magistrados neste crime, como já acontece em Évora e Coimbra, enquanto noutras comarcas, se bem que ainda não haja especialização, há já a concentração destes inquéritos em procuradores designados para o efeito. ●



DIAP do Porto combate violência doméstica

Matar para mostrar poder

UMA ARMA DE FOGO representa poder. Mostrá-la simplesmente é suficiente para incutir o medo numa vítima de violência doméstica e fazer com que ela se sinta coagida.

Para Daniel Cotrim, assessor técnico da direcção da APAV, uma arma acarreta grande simbolismo e marca grande parte das agressões em contexto de violência doméstica. “É uma questão de

poder e em muitos casos acaba mesmo por ser utilizada, quer para consumir o homicídio, quer para coagir as vítimas a ter relações sexuais”, afirma.

Em certas situações, salienta, para ganhar supremacia, o agressor chega a ser violento, não com a vítima, mas, por exemplo, com os animais de estimação existentes na casa. “Existem diversas situações que nos são relata-

das, em que o agressor mata o gato ou o cão, só para demonstrar que o consegue fazer, para demonstrar que tem o poder”, destacou.

Em muitos casos, noutra forma de atemorizar, as armas de fogo chegam a estar expostas e sempre visíveis para as vítimas. “Podem não pegar nelas ou ameaçar diretamente, mas uma arma é uma arma e está ali, na casa das vítimas”, diz o técnico. ●

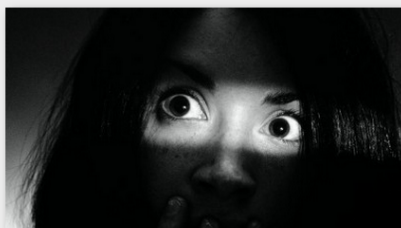
PORTUGAL NEWS

BETTER NEWS

INÍCIO / ARTE / CIÊNCIA / DESPORTO / POLÍTICA / ECONOMIA / TECNOLOGIA / PORTUGAL / MUNDO

PORTUGAL / MARÇO 5, 2014

APAV APONTA CRISE E DEMORA DA JUSTIÇA COMO CATALIZADORES DA VIOÊNCIA



“O número é claramente preocupante”, defendem

O presidente da Associação de Apoio à Vítima não ficou surpreendido com a conclusão do estudo segundo o qual uma em cada quatro portuguesas foi vítima de violência e aponta a crise e a demora da Justiça como catalisadores.

“O número é claramente preocupante”, mas “estão em linha com os números que já eram conhecidos para a realidade portuguesa”, afirmou hoje à Lusa João Lázaro, reagindo às conclusões de um estudo da Agência para os Direitos Fundamentais divulgado na terça-feira à noite.

De acordo com o estudo, uma em cada três mulheres da União Europeia foi ou será vítima de pelo menos um episódio de abuso sexual, físico ou psicológico, e, em Portugal, a média é só um pouco menor: uma em cada quatro mulheres.

Sublinhando que grande parte desta percentagem corresponde a casos de violência doméstica, o presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defendeu que as conclusões do estudo mostram a necessidade de manter “o combate e a aposta na prevenção nas novas gerações e o apoio às vítimas”.

“A continuação da mobilização e da formação da sociedade portuguesa para este combate é claramente um apelo permanente, designadamente numa altura em que se crê que, em virtude da crise, existem muitas situações que dantes não eram caladas e agora são [devido à] dificuldade em sair da situação”, explicou João Lázaro.

Com a redução dos apoios sociais, nomeadamente no que diz respeito a habitações, é preciso um “maior número de diligências com as pessoas que pedem ajudas para obter os mesmos resultados ou ficar aquém”, adiantou, sublinhando, no entanto, que existe um outro fenómeno mais preocupante.

PORTUGAL GARANTIU À ONU

País investiu fortemente no combate à violência doméstica

por Lusa, texto publicado por Isaltina Padrão 12 março 2014 14 comentários



FERRAMENTAS



PARTILHAR NOTÍCIA

f Share 20

Tweet 0

in Share 0

+1

f Gosto 42

TAGS

Portugal, Violência Doméstica, ONU

A secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, garantiu hoje na Organização das Nações Unidas que Portugal investiu fortemente no combate à violência doméstica.

"Investimos fortemente na prevenção da violência doméstica e de género e na proteção das suas vítimas", disse Teresa Morais no debate geral da Comissão sobre o Estatuto da Mulher da ONU, lembrando que o país aumentou a capacidade de acolhimento de emergência para vítimas de violência doméstica, criou um sistema de transporte seguro e acompanhado para as vítimas e encontrou soluções para o acesso à habitação a baixo custo para as vítimas.

Os últimos dados da Associação de Apoio à Vítima (APAV) indicam que em 2013 foram registadas em Portugal 17.384 denúncias de violência doméstica, mais 414 face ao ano anterior.

Ainda assim, a secretária de Estado lembrou que "Portugal se encontra entre os 10 países da União Europeia em que a situação é menos grave."

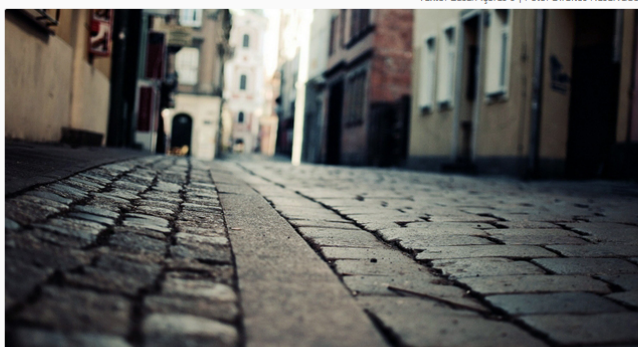
Num discurso que serviu, sobretudo, para fazer um balanço sobre a situação de Portugal, Teresa Morais garantiu que o programa do atual governo reafirma "o compromisso com os objetivos fundamentais da Plataforma de Ação de Pequim", o documento que define os direitos das mulheres como direitos humanos e se compromete com ações específicas.

A responsável informou os seus colegas que, no ano passado, Portugal foi o primeiro país da União Europeia a ratificar a Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica.

APAV aponta crise e demora da Justiça como catalisadores da violência

O presidente da Associação de Apoio à Vítima não ficou surpreendido com a conclusão do estudo segundo o qual uma em cada quatro portuguesas foi vítima de violência e aponta a crise e a demora da Justiça como catalisadores.

Texto: Lusa/Açores 9 | Foto: Direitos Reservados



"O número é claramente preocupante", mas "estão em linha com os números que já eram conhecidos para a realidade portuguesa", afirmou hoje à Lusa João Lázaro, reagindo às conclusões de um estudo da Agência para os Direitos Fundamentais divulgado na terça-feira à noite.

De acordo com o estudo, uma em cada três mulheres da União Europeia foi ou será vítima de pelo menos um episódio de abuso sexual, físico ou psicológico, e, em Portugal, a média é só um pouco menor: uma em cada quatro mulheres.

Sublinhando que grande parte desta percentagem corresponde a casos de violência doméstica, o presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) defendeu que as conclusões do estudo mostram a necessidade de manter "o combate e a aposta na prevenção nas novas gerações e o apoio às vítimas".

"A continuação da mobilização e da formação da sociedade portuguesa para este combate é claramente um apelo permanente, designadamente numa altura em que se crê que, em virtude da crise, existem muitas situações que dantes não eram caladas e agora são [devido à] dificuldade em sair da situação", explicou João Lázaro.

Com a redução dos apoios sociais, nomeadamente no que diz respeito a habitações, é preciso um "maior número de diligências com as pessoas que pedem ajudas para obter os mesmos resultados ou ficar aquém", adiantou, sublinhando, no entanto, que existe um outro fenómeno mais preocupante.

"Face às dificuldades acrescidas que a crise trouxe, muitas mulheres que são vítimas de violência doméstica optam por permanecer na violência e não dão o passo em frente para se livrarem dela", afirmou, explicando que "o apoio dos pais era muitas vezes determinante", mas, nesta altura, os pais "têm maiores dificuldades económicas para poderem ser essa rede de suporte".

Também a demora que estes processos registam na Justiça portuguesa é causa de preocupação, disse João Lázaro, lembrando um jargão "que continua a ser verdade: uma justiça que não é célere é menos justa".

"A questão da criminalidade participada, ou seja, de se fazer queixa ou não, é extremamente importante, mas, muitas vezes, (...) até pela demora do sistema judicial, muitas vítimas o que querem é virar a página. A própria demora do processo leva a que a vitimização se prolongue", explicou.

De acordo com estudos feitos em vários países, "nas chamadas cifras negras", só "cerca de metade das vítimas apresenta queixa", avançou João Lázaro, referindo que esta relutância não existe só em Portugal.

A própria apresentação de queixa tem de ser vista num processo para ver qual a melhor estratégia e altura para apresentar, considerou o presidente da APAV.



// Portugal

Portugal garante à ONU que investiu fortemente no combate à violência doméstica

Por Agência Lusa
publicado em 12 Mar 2014 - 16:31



A secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, garantiu hoje na Organização das Nações Unidas que Portugal investiu fortemente no combate à violência doméstica.

"Investimos fortemente na prevenção da violência doméstica e de género e na proteção das suas vítimas", disse Teresa Morais no debate geral da Comissão sobre o Estatuto da Mulher da ONU, lembrando que o país aumentou a capacidade de acolhimento de emergência para vítimas de violência doméstica, criou um sistema de transporte seguro e acompanhado para as vítimas e encontrou soluções para o acesso à habitação a baixo custo para as vítimas.

Os últimos dados da Associação de Apoio à Vítima (APAV) indicam que em 2013 foram registadas em Portugal 17.384 denúncias de violência doméstica, mais 414 face ao ano anterior.

Ainda assim, a secretária de Estado lembrou que "Portugal se encontra entre os 10 países da União Europeia em que a situação é menos grave."

Num discurso que serviu, sobretudo, para fazer um balanço sobre a situação de Portugal, Teresa Morais garantiu que o programa do atual governo reafirma "o compromisso com os objetivos fundamentais da Plataforma de Ação de Pequim", o documento que define os direitos das mulheres como direitos humanos e se compromete com ações específicas.

A responsável informou os seus colegas que, no ano passado, Portugal foi o primeiro país da União Europeia a ratificar a Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica.

"Ainda assim, a violência contra as mulheres continuar a constituir uma forte preocupação", garantiu.

Teresa Morais disse ainda que "a situação de crise económica da Europa teve um forte impacto em Portugal e levou à necessidade de uma atenção redobrada sobre a matéria das mulheres no mercado de trabalho."

A esse propósito, a responsável apresentou ainda uma nova medida do governo português: instituir como critério de seleção de projetos candidatos a fundos comunitários da União Europeia a valorização das empresas com mais mulheres nos seus conselhos de administração, bem como a valorização da prática da igualdade salarial.

Destaques > 07.03.2014 - Crimes contra crianças na Internet

07.03.2014 - Crimes contra crianças na Internet

Imprimir

Enviar por e-mail



07.03.2014 - Crimes contra crianças na Internet; Sessão de formação; Auditório Rio Lima, Ponte de Lima

A Procuradoria-Geral da República, através do seu Gabinete Cibercrime, e a Procuradoria-Geral Distrital do Porto, com a colaboração do Município de Ponte de Lima, promovem, no dia 7 de Março de 2014, entre as 10h00 e as 13h00, no Auditório Rio Lima (antigo cinema Rio Lima), Ponte de Lima, um colóquio sobre CRIMES CONTRA CRIANÇAS NA INTERNET.

Pensado em primeira linha para os magistrados do Ministério Público, o colóquio foi alargado, considerando a importância do tema que aborda no âmbito da promoção e protecção dos direitos das crianças, a todos os membros das CPCJ's dos concelhos que integram os círculos judiciais de Viana do Castelo, Braga, Barcelos e Guimarães que manifestaram interesse em nele participar.

Pretende-se abordar, numa perspectiva prática, a experiência neste campo, quer na vertente penal, quer na vertente de protecção: eventuais casos, sua qualificação jurídica e dificuldades processuais e de obtenção de prova.

Serão oradores Maria Eduarda Rodrigues e Jorge Duarte, Procuradores da República, Frederico Marques, Assessor Técnico da direcção da APAV, e Paula Silva, Inspectora da Polícia Judiciária.

NA APAV

- 11 MAR 2014 - 17:24 -



(C)2013 Nuno Martins, all rights reserved

Gabriel Godoi, guitarrista brasileiro, e Gonçalo Falcão, português mais ligado à experimentação, apresentar-se-ão juntos no próximo dia 18 de Março, pelas 19h30, no Espaço APAV & Cultura, em Lisboa. O concerto intitula-se "Chorinho & Etc" e procurará reinventar a tradição musical do país-irmão. A entrada é livre.

Paulo Cecílio

pauloandrececilio@gmail.com



04-03-2014

Tiragem: 125000

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Desporto e Veículos

Pág: 32

Cores: Cor

Área: 4,90 x 3,89 cm²

Corte: 1 de 1

**ATLETISMO****Corrida de Solidariedade**

Até dia 18 estão abertas inscrições para a 11.ª Corrida de Solidariedade e Marcha das Famílias 2014, iniciativa da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e Instituto Superior de Ciências Políticas e Segurança, a realizar dia 23 (10.30 h), em Lisboa.

LISBOA

PSP em corrida solidária pelas vítimas de crime

■ O Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), da PSP, realiza amanhã em Lisboa a 'XI Corrida de Solidariedade', para angariar fundos de apoio às vítimas de crime. Da parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), fazem parte uma corrida de 10 km e uma marcha de 3,5 km para famílias.

O trânsito estará condicionado a partir das 10h00 na rua 1.º de Maio (Alcântara), Calvário, Fontainhas, Av. 24 de Julho, Praça D. Luís I, Av. Da Índia e Praça do Império. ■

// Running

11ª Corrida de Solidariedade ISCPsi / APAV

Por Jornal i
publicado em 17 Mar 2014 - 18:41



[Facebook Share](#) [Facebook Like](#) 2 [Google+1](#) 0 [Twitter Tweet](#) 0 [LinkedIn Share](#) [YouTube Share](#)

O Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPsi), em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), organiza dia 23 de Março, às 10h30, a 11ª Corrida de Solidariedade ISCPsi/APAV.

A 11ª Corrida de Solidariedade terá um percurso de 10km, com início na Rua 1º de Maio, frente ao ISCPsi, e chegada na Praça do Império (lado sul). A prova é aberta a todos os participantes federados e não federados, dentro dos escalões Juniores e Veteranos, de ambos os sexos.

Simultaneamente decorre a Marcha das Famílias, com um percurso de 3,5km, aberta a todos os participantes e sem fins competitivos.

A prova desenvolve-se no âmbito de um projecto escola do ISCPsi, visando fomentar actividades de apoio a causas sociais e/ou de angariação de fundos para instituições de solidariedade social, num regime de total voluntarismo, potenciando o combate à exclusão

As inscrições são limitadas a 2000 participantes.

Mais informações em www.corridadesolidariedade.org.

Inscrições abertas para a 11ª edição Corrida Solidária ISCPSI/APAV

por Correr na Cidade, em 03.02.14



Já estão abertas as inscrições para a 11ª edição da Corrida de Solidariedade ISCPSI/APAV que se realiza a 23 de março, em Lisboa. Esta é uma iniciativa solidária promovida pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) e pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. A Corrida da Solidariedade ISCPSI/APAV tem um percurso de 10 quilómetros, para além de uma marcha das famílias, com 3,5 quilómetros, sem caráter competitivo. O preço de inscrição é de 8€ (tanto para a corrida como para a marcha) que revertem na totalidade para a APAV. O tiro de partida será dado às 10:30 junto ao edifício do ISCPSI (Rua 1º de Maio, Alcântara), estando a meta situada junto ao Mosteiro dos Jerónimos, em Belém. Para mais informações, visitar o site da corrida, [aqui](#).

3-3-2014

Abertas as inscrições para a 11ª Corrida de Solidariedade ISCPSI / APAV e Marcha de Famílias até 18 de Março

Pelo 11º ano consecutivo, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em parceria com o Instituto Superior de Ciências Políticas e Segurança Interna, associam-se para a realização da Corrida de Solidariedade e Marcha das Famílias 2014, que se realizará no próximo dia 23 de Março, pelas 10.30h.

[Partilhar](#)
[Gosto](#) 0
 [Pin it](#)
[G+](#) Partilhar 0
 [G+1](#) 0
 [Tweeter](#) 0
 [✉](#)



Após um ano particularmente ativo, do ponto de novas iniciativas da APAV e sob o mote "Venha correr por quem não consegue fugir", em 2014, a Corrida de Solidariedade e Marcha das famílias tem por objetivo incentivar a população à prática de exercício físico como forma de combate ao sedentarismo.

Aquela que é uma competição de atletismo de referência a nível nacional conta anualmente com mais de um milhar de participações. Com um percurso de 10 Km, a Corrida de Solidariedade tem como ponto de partida o edifício do ISCPSI, em Alcântara, e meta no Mosteiro dos Jerónimos, em Belém.

A par da corrida de solidariedade, decorre a já habitual Marcha das Famílias. Uma caminhada aberta a toda a comunidade, com um percurso de 3.5 Km e sem qualquer carácter competitivo.

As inscrições devem ser feitas, até às 23 horas de dia 18 de Março, através do site <http://www.corridadesolidariedade.org/>, ou através do Facebook da Corrida de Solidariedade ISCPSI/APAV.

O valor da inscrição (8€) reverte na totalidade para a APAV. Fundada em 1990, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima tem como principal objetivo promover e contribuir para a informação, proteção e apoio de cidadãos/cidadãs, vítimas de violência doméstica.

Um ano de novas iniciativas na APAV

Com o objetivo de proporcionar a todas as vítimas de crime, igual acesso de informação a APAV dedicou-se em 2013 a uma nova iniciativa - o Direito à Informação - que servirá de direito primeiro para todos os outros direitos. Desenvolvido numa lógica de fácil consulta, o site www.infovítimas.pt, permite um acesso direto e facilitado a toda a informação, nomeadamente no que respeita a esclarecimentos sobre casos de agressão, agir com maior rapidez e em conformidade com o sistema legal.

Em parceria com a Intercampus, a APAV realizou o 4º Barómetro APAV/Intercampus - um estudo sobre a percepção da população Portuguesa sobre Stalking, Cyberstalking, Bullying e Cyberbullying - que identifica uma clara necessidade em intervir rapidamente, de forma mais eficaz, na prevenção destes tipos de vitimização e no apoio prestado a vítimas de crimes desta natureza.

Atenta aos problemas da sociedade, a APAV tem ao longo dos anos, abordado a temática da violência sexual não só nos adultos, como também nas camadas mais jovens, como por exemplo, estudantes universitários. Um estudo recentemente desenvolvido pela Universidade do Minho demonstra índices de prevalência da violência sexual entre os jovens universitários, com cerca de 29.3% dos inquiridos a assentir já ter sofrido, pelo menos, um ato sexual não consentido. Assim surge o "Projeto Unisexo", uma campanha dirigida a estudantes universitários que atua na prevenção da violência sexual desta camada da sociedade, com especial enfoque nas relações ocasionais e de namoro. "Depois do não, para! Respeita a vontade dos outros. A Violência Sexual é crime" é o mote deste projeto de sensibilização que aborda uma temática bastante sensível.

Mais informações em <http://www.corridadesolidariedade.org/> e <http://apav.pt/>



11ª Corrida de Solidariedade ISCPSI/APAV e Marcha das Famílias

23 Março

10/03/2014 - 12:05

 Versão de impressão

Estão já abertas as inscrições para a 11ª edição da Corrida de Solidariedade ISCPSI/APAV e Marcha das Famílias, uma iniciativa solidária promovida pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.



No dia 23 de Março realiza-se a 11ª edição da Corrida de Solidariedade ISCPSI/APAV e Marcha das Famílias, entre Alcântara e Belém (Lisboa). Esta é uma iniciativa solidária promovida pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) e pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. A Corrida da Solidariedade ISCPSI/APAV é uma competição de atletismo com um percurso de 10 quilómetros. A Marcha das Famílias, com 3,5 quilómetros, não tem cariz competitivo.

A inscrição na corrida ou marcha implica o pagamento de 8 €, que revertem na totalidade para a APAV. Além da angariação de fundos, a Corrida da Solidariedade tem também como objectivo incentivar a população para a prática de desporto como forma de combate ao sedentarismo, na conquista de um maior bem-estar e de uma vida mais saudável.

O tiro de partida será dado às 10:30 junto ao edifício do ISCPSI (Rua 1º de Maio, Alcântara), estando a meta situada junto ao Mosteiro dos Jerónimos, em Belém.

As inscrições já estão abertas e podem ser efectuadas, em nome individual ou colectivo, no [site da corrida](#).

Notícias

Notícias profissional



HOME

SOBRE

CORRIDAS

TREINOS

ALIMENTAÇÃO & NUTRIÇÃO

NOTÍCIAS

CONTACTOS

11ª Corrida de Solidariedade ISCPSI-APAV | dia 23 MARÇO



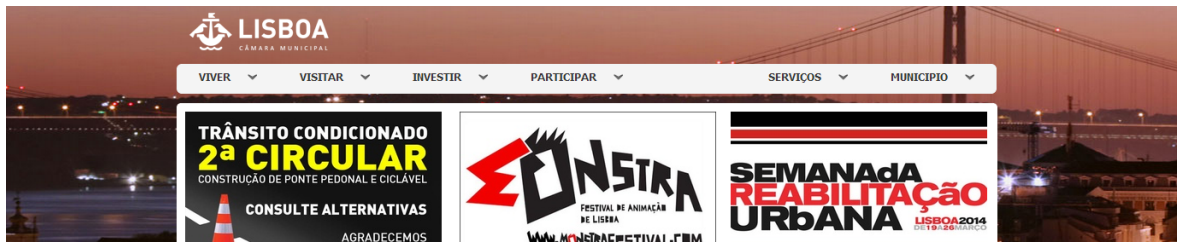
A Corridas & Companhia apoia a 11ª Corrida de Solidariedade ISCPSI-APAV no próximo dia 23 de Março pelas 10h30 entre Alcântara e Belém.

Uma organização feita por cadetes-alunos que fazem parte do grupo de trabalho do Projecto-Escola, coordenado por Oficiais de Polícia do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI). A totalidade dos fundos angariados reverterão a favor da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

A prova será realizada em duas vertentes, competitiva de 10 Kms e Marchas das Famílias num percurso de 3,5 Kms.

As inscrições online estão abertas até dia 18 de Março, com o valor único de 8 €.

"Venha correr por quem não consegue fugir."



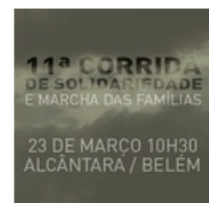
11ª CORRIDA DE SOLIDARIEDADE E MARCHA DAS FAMÍLIAS

Março 12, 2014

O percurso da prova inicia-se na Rua 1º de Maio, em Belém, e termina na Praça do Império (lado sul). Organização e promoção pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e outras entidades.

23 março | 10h30

[+info](#)



Local: Belém